

# **PAC 2017**

## **Prestação Anual de Contas**

CERSUL- Cooperativa de Distribuição de Energia e Desenvolvimento

CNPJ: 86.512.670/0001-02 IE: 250.249.537

<http://www.cersul.com.br/site/>

[cersul@cersul.com.br](mailto:cersul@cersul.com.br)

## SUMÁRIO

<b>1 – Relatório da Administração.....</b>	<b>3</b>
<b>2 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 – Balanço Patrimonial .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício .....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 – Demonstração do Resultado Abrangente .....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>42</b>
<b>2.5 – Demonstrações do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>43</b>
<b>2.6 – Demonstração do Valor Adicionado .....</b>	<b>44</b>
<b>2.7 – Notas Explicativas .....</b>	<b>45</b>
<b>3 – Relatório dos Auditores e Parecer do Conselho Fiscal .....</b>	<b>58</b>
<b>3.1 – Relatório dos Auditores .....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 – Parecer do Conselho Fiscal.....</b>	<b>62</b>
<b>4 – Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para aprimoramento dos Controles Internos .....</b>	<b>63</b>
<b>5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias.....</b>	<b>73</b>
<b>5.1 – Balanço Patrimonial.....</b>	<b>74</b>
<b>5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício .....</b>	<b>76</b>
<b>5.3 – Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido .....</b>	<b>77</b>
<b>5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>78</b>
<b>5.5 – Notas Explicativas .....</b>	<b>79</b>
<b>5.6 – Relatório do Auditor Independente .....</b>	<b>105</b>

# **1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

## **Missão**

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

## **Visão**

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

## **Valores**

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

## **Senhoras e Senhores Cooperados**

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

## **Mensagem do Presidente**

Durante o ano de 2017 administramos com ética e transparência, tendo como norte os princípios do cooperativismo e a satisfação do nosso associado. E assim, houve várias conquistas como a recertificação e o Up-Grade para adequar-se a nova versão da ISO 9001:2015, mostrando que nossos serviços e métodos são organizados e eficientes. Investimos fortemente na ampliação e manutenção das redes elétricas para a continuidade no fornecimento de energia com qualidade e segurança. Compramos novos veículos e equipamentos para agilizar os processos.

A equipe de trabalho foi fortemente capacitada, garantindo um trabalho seguro e eficaz para atender as demandas de nossos sócios. A pesquisa de satisfação realizada pela IPESATC no ano de 2017 obteve aprovação de 95,9 %.

Estamos bem econômica e financeiramente, honrando todos os compromissos e obrigações legais.

A Cersul se preocupa com suas responsabilidades sociais perante a comunidade, baseando-se nisso houve a continuação do Programa Cooperjovem, a implantação do Núcleo de Mulheres Cooperativistas.

A cooperativa deu continuidade aos auxílios financeiros para APAES e Corpo de Bombeiros de nossa área de abrangência.

Por fim, gostaria de agradecer a você associado (a) por permitir que nossa cooperativa seja destaque, aos diretores que junto comigo tem decidido e planejado melhorias para a cooperativa, ao conselho Fiscal que garante a transparência das nossas ações e aos colaboradores pelo trabalho comprometido, dedicado e ágil. A todos o meu muito obrigado!

Turvo, 23 de março de 2018.

Everton Aldir Schmidt  
Presidente do Conselho Administrativo

## Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 16,5 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos 11 municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da Celesc no município de Maracajá.

## Ligação de Consumidores

No ano de 2017, foram realizadas 497 novas ligações o que representou uma redução de 6,05% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e apresentadas abaixo:

<b>Ligação de Consumidores</b>					
<b>Classe</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Residencial	243	244	252	232	291
Industrial	70	84	113	143	127
Comercial	66	41	76	57	43
Rural	81	95	99	128	168
Poderes Públicos	4	12	6	7	5
Iluminação Pública	31	51	59	60	16
Serviço Público	2	1	2	0	0
Consumo Próprio	-	1	0	1	0
Total	497	529	607	628	650
Variação	(6,05%)	(12,85%)	(3,34%)	(3,38%)	(17,51%)

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidoras.

### **Mercado de energia elétrica**

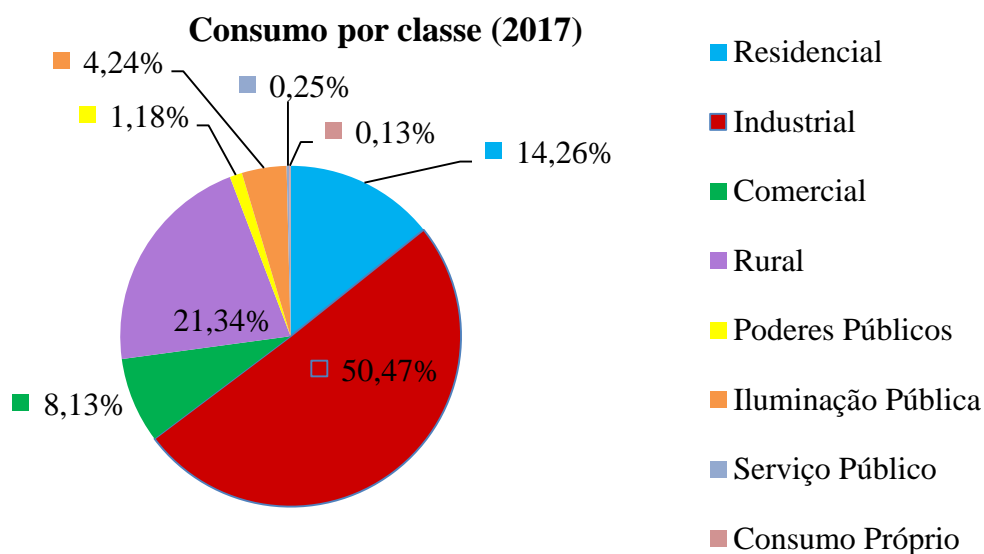
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2017 foi de 140.680,95 MWh, tendo apresentado redução de 1,23% em relação a 2016, esta queda foi impulsionada pela diminuição do consumo na classe industrial.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e rural, utilizando 71.000,04 e 30.017,20 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

<b>Consumo de Energia (MWh)</b>					
<b>Classe</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Residencial</b>	20.067	19.438	18.359	18.034	15.630
<b>Industrial</b>	71.000	76.125	80.321	74.388	69.483
<b>Comercial</b>	11.433	10.711	10.654	10.318	9.080
<b>Rural</b>	30.017	28.294	27.201	28.364	25.943
<b>Poderes Públicos</b>	1.661	1.627	1.465	1.509	1.260
<b>Iluminação Pública</b>	5.970	5.723	5.587	5.405	5.251
<b>Serviço Público</b>	345	353	378	531	449
<b>Consumo Próprio</b>	187	167	161	145	129
<b>Total</b>	<b>140.680</b>	<b>142.438</b>	<b>144.126</b>	<b>138.694</b>	<b>127.225</b>
<b>Variação</b>	<b>(1,23%)</b>	<b>(1,17%)</b>	<b>3,92%</b>	<b>9,01%</b>	<b>1,33%</b>





### Balanco energético

<b>Balanco Energético (dados em KWh medidos)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>1 – Injeção de Energia</b>	<b>138.636.775</b>	<b>149.821.597</b>	<b>156.389.274</b>	<b>155.748.047</b>	<b>150.871.503</b>
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	134.751.260	146.021.797	153.081.421	153.099.450	148.986.143
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	3.885.515	3.799.800	3.307.365	2.644.717	1.872.991
1.3 – Grupo B (Microgeração)	0	0	488	3.880	12.369
<b>2 – Fornecimento de Energia</b>	<b>126.236.995</b>	<b>137.888.963</b>	<b>143.084.578</b>	<b>141.326.577</b>	<b>139.533.877</b>
2.1 – Mercado Cativo	126.236.995	137.888.963	143.084.578	141.326.577	139.118.018
2.1.1 – Grupo A4	68.047.651	64.916.939	79.007.486	66.101.842	69.914.454
2.1.2 – Grupo B	58.189.344	72.972.024	64.077.092	75.224.735	69.203.564
2.2 – Outros Agentes de Distr.	0	0	0	0	415.859
2.3 – Consumidores Livres	0	0	0	0	0
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
<b>3 – Perdas Totais</b>	<b>12.399.780</b>	<b>11.932.634</b>	<b>13.304.696</b>	<b>14.421.472</b>	<b>11.337.626</b>
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	0	0	0	0
3.3 – Distribuição	12.399.780	11.932.634	13.304.696	14.421.470	11.337.626
3.3.1 – Perdas Técnicas	10.430.240	11.318.785	11.616.203	11.942.536	9.924.006
3.3.2 – Perdas não Técnicas	1.969.540	613.849	1.688.493	2.478.934	1.413.620

## Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2017 as perdas globais representaram 7,51% da energia injetada no sistema da cooperativa.

<b>Perdas de energia (dados em KWh medidos)</b>					
<b>Energia injetada</b>	<b>Energia fornecida</b>		<b>Perdas</b>	<b>Perdas %</b>	
<b>150.871.503</b>	<b>139.533.877</b>		<b>11.337.626</b>	<b>7.51%</b>	
<b>Perdas de Energia (dados medidos)</b>					
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>1 - Perdas Totais</b>	8,94%	7,96%	8,51%	9,26%	7,51%
1.1 - Perdas Técnicas	7,52%	7,56%	7,43%	7,66%	6,58%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,42%	0,41%	1,08%	1,59%	0,94%

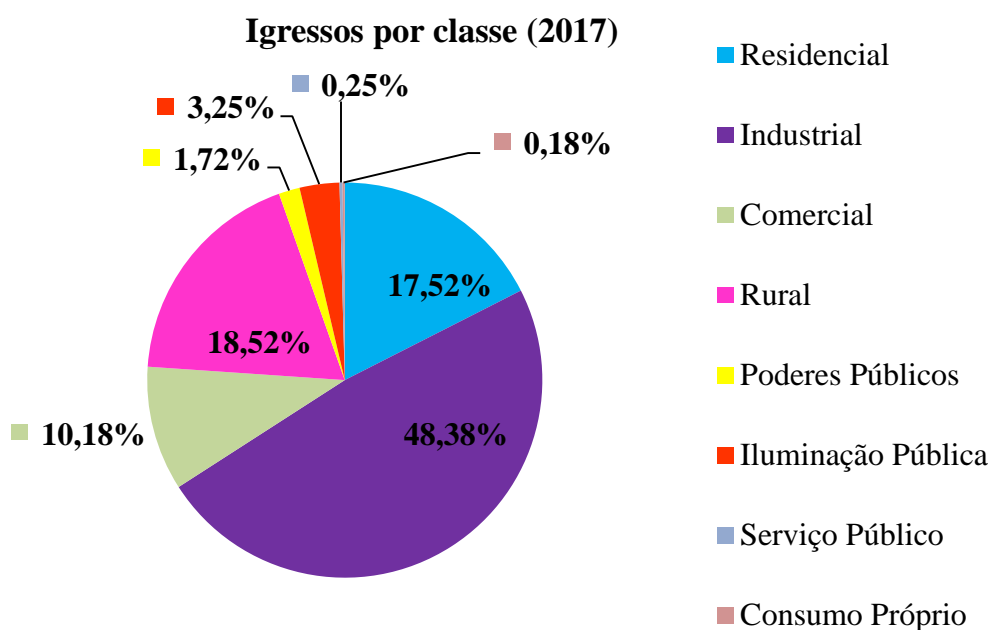
## Ingressos por classe de consumo

As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 22.118.629,89, e a classe rural R\$ 8.476.426,77.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

<b>Ingressos por classe de consumo - R\$ mil</b>			
<b>Classe</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Varição %</b>
<b>Residencial</b>	8.007	7.262	<b>10,26</b>
<b>Industrial</b>	22.119	26.853	<b>(17,63)</b>
<b>Comercial</b>	4.654	4.425	<b>5,18</b>
<b>Rural</b>	8.476	7.406	<b>14,45</b>
<b>Poderes Públicos</b>	785	664	<b>18,22</b>
<b>Iluminação Pública</b>	1.487	1.349	<b>10,23</b>
<b>Serviço Público</b>	115	113	<b>1,77</b>
<b>Consumo Próprio</b>	84	70	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>45.727</b>	<b>48.142</b>	<b>(5,02)</b>

Abaixo gráfico representativo da tabela.

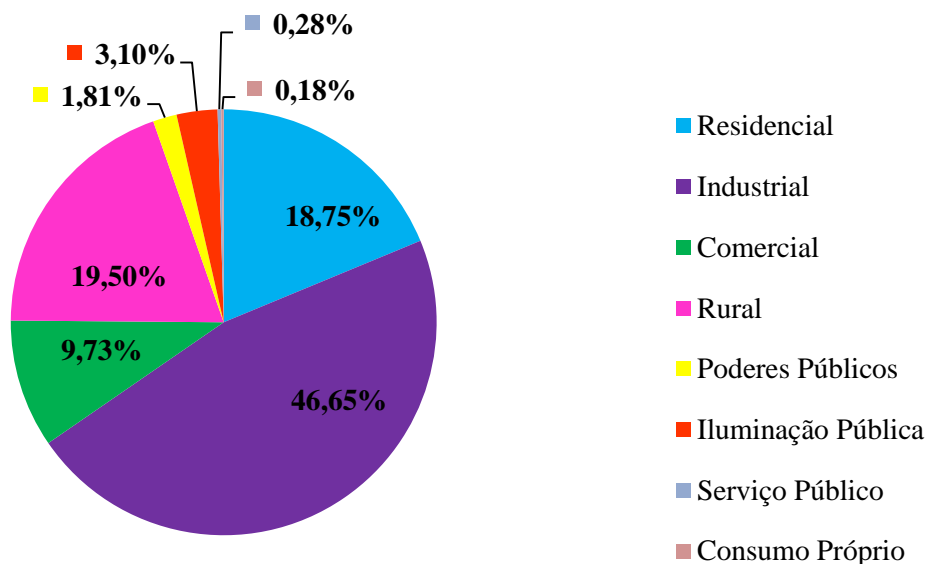


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 34.942.681,24 conforme quadro a seguir:

<b>Igressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil</b>			
<b>Classe</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Variação %</b>
Residencial	6.553	6.004	<b>9,14</b>
Industrial	16.301	20.201	<b>(19,31)</b>
Comercial	3.401	3.324	<b>2,32</b>
Rural	6.813	6.070	<b>12,24</b>
Poderes Públicos	632	545	<b>15,96</b>
Iluminação Pública	1.085	1.012	<b>7,21</b>
Serviço Público	97	94	<b>3,19</b>
Consumo Próprio	62	52	<b>19,23</b>
<b>Total</b>	<b>34.944</b>	<b>37.302</b>	<b>(6,32)</b>

Abaixo gráfico representativo da tabela.

### Ingressos por classe - 2017 (Líquida ICMS)



No ano de 2017 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias foi de R\$ 2.892.977,55.

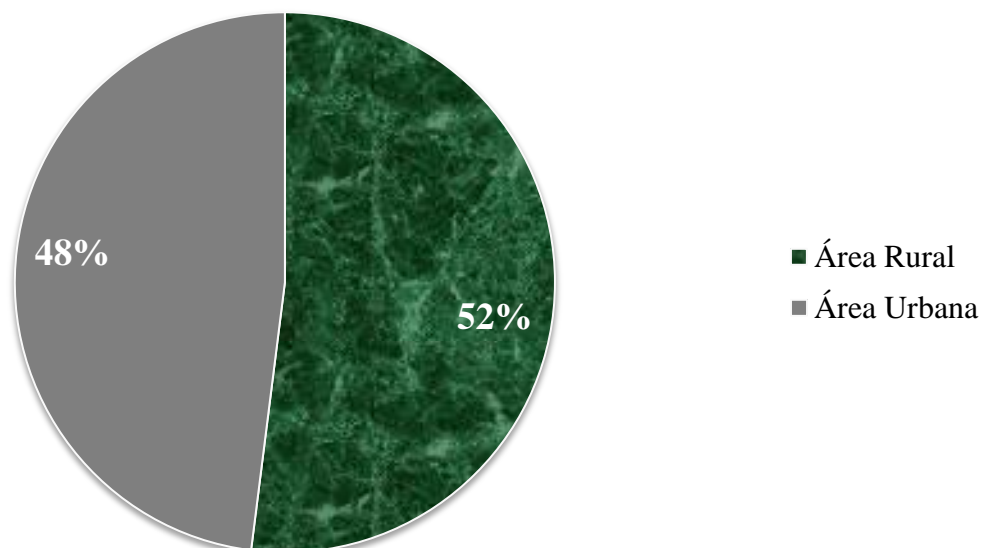
### Unidades consumidoras

Em dezembro de 2017, o número de unidades consumidoras chegou a 17.223, representando uma regressão de -2,69% em relação a dezembro de 2016, como se pode observar nos quadros a seguir:

Localização dos Consumidores	%	2017	%	2016	Variação %
Área Rural	52	8.930	53	9.379	(4,79)
Área Urbana	48	8.293	47	8.320	(0,32)
<b>TOTAL</b>	100	17.223	100	17.699	(2,69)

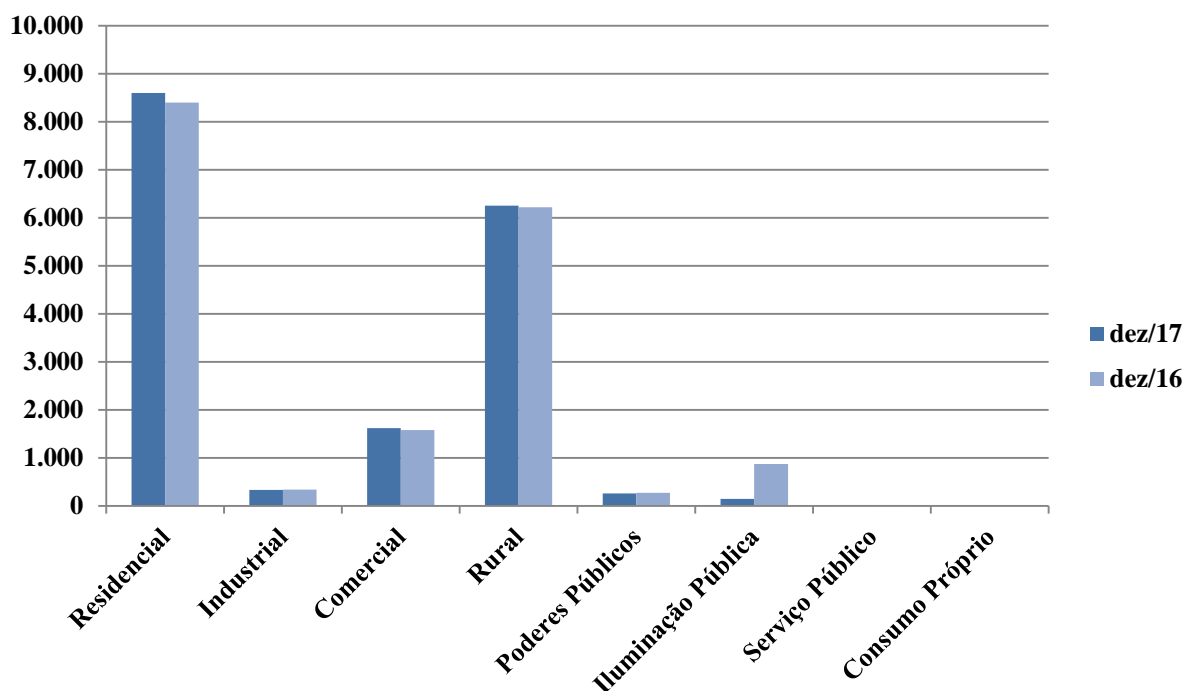
Abaixo gráfico representativo da tabela.

### Localização dos Consumidores



Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2017	Dez/2016
Residencial	8.596	8.398
Industrial	328	336
Comercial	1.617	1.574
Rural	6.249	6.219
Poderes Públicos	256	272
Iluminação Pública	147	873
Serviço Público	20	18
Consumo Próprio	10	9
<b>Total</b>	<b>17.223</b>	<b>17.699</b>

Gráfico representativo da tabela:




### Processos tarifários

Anualmente a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realiza um processo tarifário a fim de calcular a receita requerida da cooperativa para o próximo ciclo. A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

O processo tarifário é feito de duas formas: Reajuste tarifário que é feito anualmente e a revisão tarifária feita a cada quatro anos. No ano que tem revisão tarifária não é realizado o reajuste. Todo processo tarifário é calculado através de metodologia específica para as permissionárias de energia elétrica (cooperativas).

A Cersul, no mês de outubro 2017, passou por um reajuste tarifário, que reajustou os valores das tarifas para os consumidores em média 9,95%, sendo 14,97% para os consumidores de alta tensão e 5,24% para os consumidores de baixa tensão.

 <b>CERSUL</b> <small>COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA</small> <small>ISO 9001</small>		<b>TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		
Nº Res. Homologatória	TIPO	DATA EMISSÃO	INICIO VIGÊNCIA	ABREVIATURA
2.333	Fornecimento	31/10/17	01/11/2017	Forn

CONVENCIONAL				
		TUST + TE(Band. VERDE)		
GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	TARIFA EM R\$ COM ICMS		
		DEMANDA	ENERGIA(R\$/kWh)	
B1	<i>Residencial Baixa Renda*</i>	Até 30 kWh	-	R\$ 0,122602
		De 31 a 100 kWh	-	R\$ 0,210182
		De 101 a 150 kWh	-	R\$ 0,315261
		De 151 a 220 kWh	-	R\$ 0,369907
		Acima de 220 kWh	-	R\$ 0,411013
	<i>Residencial Normal</i>	Até 150 kWh	-	R\$ 0,393102
Acima de 150 kWh		-	R\$ 0,461240	
B2	<i>Rural</i>	Até 500 kWh	-	R\$ 0,275170
		Acima de 500kWh	-	R\$ 0,322867
B3	<i>Comercial, Serviços e Outras Atividades</i>		-	R\$ 0,461240
	<i>Industrial</i>		-	R\$ 0,461240
	<i>Poder Público</i>		-	R\$ 0,461240
	<i>Água, Esgoto e Saneamento (Redução 15%)</i>		-	R\$ 0,392054
B4a	<i>Iluminação Pública</i>		-	R\$ 0,253693

A1 = igual ou superior a 230kV A2 = 88kV a 138kV A3 = 69kV A3a = 30 a 44kV A4 = 2,3 a 25kV

TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA				
Nº RESOLUÇÃO	TIPO	DATA EMISSÃO	DATA VALIDADE	ABREVIATURA
2.333	Fornecimento	31/10/2017	01/11/2017	Forn
<b>TARIFAS DE FORNECIMENTO EM R\$ COM ICMS</b>				

HOROSAZONAIS – AZUL			
		TUST + TE(Band. VERDE)	
SEGMENTOS HOROSAZONAIS		PONTA	FORA DE PONTA
SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	<i>Demais Classes</i>	<i>Demanda (R\$/kW)</i>	R\$ 63,71
		<i>Consumo (R\$/kWh)</i>	R\$ 0,20964

HOROSAZONAIS – VERDE			
SEGMENTOS HOROSAZONAIS		PONTA	FORA DE PONTA
SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	<i>Demais Classes</i>	<i>Demanda (R\$/kW)</i>	R\$ 21,48
		<i>Consumo (R\$/kWh)</i>	R\$ 1,74231

## Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2012	5,86	9,48	57,46
2013	9,38	8,12	52,25
2014	6,23	14,25	58,79
2015	6,32	7,86	56,75
2016	7,08	6,06	79,04
2017	5,74	5,26	84,80

## Atendimento ao consumidor

A Cersul conta hoje com cinco postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo – Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:30.
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- ✓ Ermo – Segunda, quarta e sexta – horário: 08:00 as 11:00.

Além dos postos de atendimento, a CERSUL dispõe do serviço de telecomunicação gratuito (0800-643-1920) e com agência virtual através do site: [www.cersul.com.br](http://www.cersul.com.br) para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2017, que totalizaram aproximadamente 60.412, sendo estes:



- ✓ 26.559 presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 6.231 atendimentos através do CallCenter (0800);
- ✓ 27.373 pela agência virtual (site);
- ✓ 249 outros tipos de atendimentos.

## **Tecnologia da informação**

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2017 foram adquiridos novos computadores para substituição de equipamentos antigos, fora melhorado o sistema de wifi tanto na matriz como nos postos de atendimento e almoxarifado, houve a atualização da licença do sistema e teve também a aquisição de um novo servidor e seus componentes, somando aproximadamente o valor de 56 mil em investimentos neste setor.

## **Desempenho econômico-financeiro**

### **Ingresso operacional bruto**

Em 2017, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura e serviços, atingiram o valor de R\$ 64.138.115,71 que representou um aumento de 5,87% se comparado ao ano de 2016 (R\$ 60.583.645,11).

### **Ingresso operacional líquido**

Em 2017, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais, teve um acréscimo de R\$ 4.746.405,62 e atingiu o montante de R\$ 45.792.539,43, representando 11,56% de aumento em relação a 2016

(R\$ 41.046.133,81). Este acréscimo ocorreu reajuste da tarifa que ocorreu no mês de setembro de 2016.

### Sobra líquida

A Cersul encerrou o Exercício Social de 2017 com sobra líquida de R\$ 2.241.699,80, valor este 54,05% inferior ao realizado no ano anterior (R\$ 4.878.742,56). O resultado negativo ocorreu principalmente devido a perda de 25% em descontos na compra de energia e na demanda contratada da supridora (Celesc).

### Indicadores contábeis

R\$ mil	2017	2016	Variação%
Ingresso operacional	64.138	60.584	5,87
Deduções do ingresso	18.346	19.538	(6,10)
<b>Ingresso operacional líquido</b>	<b>45.793</b>	<b>41.046</b>	<b>11,57</b>
Custos do serviço de energia elétrica	43.474	35.495	22,48
Sobra bruta	2.318	5.552	(58,25)
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	92	105	(12,38)
<b>Sobra líquida</b>	<b>2.242</b>	<b>4.879</b>	<b>(54,05)</b>
Patrimônio líquido	79.398	77.319	2,69

### Índices econômicos financeiros.

	2017	2016	Variação %	Conceito	Parâmetro
<b>Liquidez Corrente</b>	2,44	2,18	<b>11,93</b>	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
<b>Liquidez Geral</b>	8,25	9,48	<b>(12,97)</b>	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
<b>Endividamento Total (%)</b>	12,13	10,55	<b>14,98</b>	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Para cada R\$ 1,00 no patrimônio líquido, a empresa tem de dívida.
<b>Rentabilidade S/ patrimônio (%)</b>	2,82	6,31	<b>(55,31)</b>	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

## Investimentos

No ano de 2017 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. Algumas metas na ampliação e melhoria de redes ficaram pendentes, e continuam inseridos no planejamento para 2018, ainda assim as imobilizações da Cersul ultrapassaram o valor de 4,8 milhões de reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

<b>Imobilizações em 2017 - R\$ mil</b>	
<b>Linhas e redes de distribuição</b>	3.956
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	25
<b>Sistema de Medição</b>	278
<b>Veículos</b>	611
<b>Subestação</b>	2
<b>Total</b>	<b>4.872</b>

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

<b>Investimento em linhas e redes por município 2017 - R\$ mil</b>	
<b>Ermo</b>	313
<b>Maracajá</b>	81
<b>Morro Grande</b>	521
<b>Timbé do Sul</b>	625
<b>Meleiro</b>	611
<b>Turvo</b>	1.477
<b>Araranguá</b>	246
<b>Forquilha</b>	82
<b>Total</b>	<b>3.956</b>

Para 2018, a previsão é investir aproximadamente 4,3 milhões de reais, conforme quadros a seguir.

<b>Investimentos por município para 2018 - R\$ mil</b>	
<b>Araranguá</b>	44
<b>Maracajá</b>	76
<b>Meleiro</b>	177
<b>Morro Grande</b>	67
<b>Timbé do Sul</b>	636
<b>Turvo</b>	593
<b>Total</b>	<b>1.593</b>
<b>Demais investimentos para 2018 – R\$ mil</b>	
<b>Investimentos em redes de média e baixa tensão</b>	2.266
<b>Medições Novas Polifásicas e Monofásicas</b>	433
<b>Medições Novas do grupo A4</b>	6
<b>Total</b>	<b>2.705</b>

Principais obras para 2018:

<b>Obra</b>	<b>Local</b>	<b>Extensão AT (Km)</b>	<b>Extensão BT (Km)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Reforma de rede na localidade de Sangão Madalena	<b>Maracajá</b>	1,5	1,1	75.624,32
Reforma e alteração de rede para trifásica na localidade de Sanga da Toca às margens da Rodovia BR 101 – Parte Final	<b>Araranguá</b>	0,76	0,48	44.276,69
Reforma e alteração de rede para trifásica na localidade de Rio do Meio - Saltinho	<b>Morro Grande</b>	1,5	0,5	66.955,28
Reforma de rede do Bairro São Luiz até a localidade de Boa Vistinha	<b>Turvo</b>	3,2	2,6	343.905,98
Reforma de rede entre as localidades de Vila Belmiro e Rocinha	<b>Timbé do Sul</b>	5,5	5	532.687,31
Reforma de rede na Rua Jorge Lacerda e mediações - Centro	<b>Turvo</b>	1,5	1,2	151.821,55
Reforma da Rede na Rua Madre Bertila Moro e mediações - Centro	<b>Meleiro</b>	1	1	70.539,43
Reforma da Rede na Rua Haroldo Dandolini e mediações- Centro	<b>Turvo</b>	1,3	1	97.151,63
Reforma de rede na localidade de Linha Zenke - Saporanga	<b>Meleiro</b>	0,8	0,6	78.917,11
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Rocinha – Subida Serra	<b>Timbé do Sul</b>	3,5	1	102.897,44
Reforma de rede no alimentador troncal TVO-06 no bairro Zanette	<b>Meleiro</b>	0,48	0,48	27.902,62
<b>Total</b>				<b>1.592.679,36</b>

## **Operacional**

Com o objetivo de agilidade e qualidade nos atendimentos no ano de 2017 foram feitos investimentos financeiros em renovação da frota, sendo estes:

- 1 caminhão Volkswagen modelo 17.280 CRM no valor de R\$ 220.000,00, foram acoplados a este caminhão: cabine dupla de R\$ 25.175,33, guindaste PKK 23.000 de R\$ 102.000,00, o kit de comando de R\$ 39.000,00 e a carroceria no valor de R\$ 10.800,00 totalizando R\$ 396.975,33 nesta aquisição.
- 1 caminhão Volkswagen modelo 17.230 CRM no valor de R\$ 205.000,00, com extensão de cabine no valor de R\$ 25.175,33, foram adquiridos para este mesmo veículo um guindaste isolado de R\$ 112.000,00, um baú de fibra de R\$ 25.000,00 totalizando R\$ 367.175,33.
- 1 camionete Toyota Hilux CS DSL 4 x 4 2018 no valor de R\$ 111.181,50.
- 2 motocicletas Yamaha XTZ 150 Crosser ano 2017.

Os veículos citados são utilizados no atendimento de faltas de energia, vistorias, ligações, religações e auxílio na construção e reforma de redes solicitadas pelos consumidores ou de interesse da Cersul.

Para 2018, pretende-se dar continuidade à renovação da frota investindo aproximadamente R\$ 115.000,00 na compra de uma camionete nova e também o desembolso de R\$ 23.000,00 para acoplamento de cesto aéreo, baú e demais acessórios; adquirir duas motos somando aproximadamente o valor de R\$ 28.000,00; pretende-se também investir em duas impressoras para faturas instantâneas no valor aproximado de R\$ 2.500,00 cada.

## **Expansão e melhoria de redes de distribuição**

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associados-consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2017 o total de 63.360m em obras de expansão e melhoria em redes de alta tensão (AT), baixa tensão (BT) e a instalação de 192 transformadores. A seguir destacamos as principais obras realizadas:

### **Turvo**

- ✓ Rede Linha Seminário – Linha Contessi; AT: 3.200m e BT: 3.200m.
- ✓ Banco regulador de tensão na Vila Progresso.

### **Meleiro**

- ✓ Rede Boca do Pique – Novo Paraíso; AT: 1.500m e BT: 390m.

### **Araranguá**

- ✓ Rede acesso Sanga da Toca próximo à rodovia BR101; AT: 950m e BT: 450m.

### **Timbé do Sul**

- ✓ Rede Vila Nova; AT 2.100m e BT: 1.050m.
- ✓ Rede Centro; AT: 100m e BT: 460m.

### **Morro Grande**

- ✓ Rede Linha Vassoler; AT: 770m e BT: 100m.
- ✓ Rede Centro; BT: 520m.
- ✓ Substituição de banco regulador de tensão (JBS).

Segue imagens das redes acima mencionadas:



Imagem 1: Rede Linha Seminário – Linha Contessi; Turvo.



Imagem 2: Banco Regulador de tensão na Vila Progresso; Turvo.



Imagem 3: Rede acesso Boca do Pique – Novo Paraíso; Meleiro



Imagem 4: Rede Sanga da Toca próximo à rodovia BR 101; Araranguá



Imagem 5: Rede Vila Nova; Timbé do Sul.





Imagem 6: Rede Centro; Timbé do Sul.



Imagem 7: Rede Linha Vassoler; Morro Grande.



Imagem 8: Rede Centro; Morro Grande.



Imagem 9: Banco regulador de tensão(JBS); Morro Grande.

## **Captação de recursos**

Os investimentos de 2017 foram realizados todos com recursos próprios.

## **Composição acionária**

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 159.286,00, representado por cotas-partes de 16.533 associados com direito a 1 (um) voto cada, independente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

<b>Número de associados</b>		
<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Variação % 2017-2016</b>
<b>16.533</b>	<b>15.920</b>	<b>4</b>

## **Gestão da qualidade**

Desde que a ANEEL passou a exigir a ISO 9001, a Cersul vem se adequando as normas para obter qualidade nos procedimentos de distribuição de energia, elaborando auditorias internas e reuniões mensais com os coordenadores. No ano de 2017, nos dias 06 e 07 de novembro a cooperativa passou pelo processo de auditoria externa realizada pela a empresa DQS do Brasil, a qual auxiliou e orientou para que a empresa conseguisse sua recertificação da ISO 9001 para a nova versão ISO 9001: 2015. Na visita, os auditores não encontraram nenhuma não conformidade que pudesse afetar o desenvolvimento das tarefas executadas, com isso a Cersul garante por mais um ano o certificado.



Imagem 10: Certificado ISO 9001.

### Pontos positivos da Cersul vistos pelo auditor da empresa Alemã DQS

- Avaliação de desempenho do sistema de gestão;
- Análise de relatórios das auditorias de manutenções anteriores;
- Avaliação do atendimento da política de qualidade;
- Up-Grade ISO 9001: 2015.

## **Desempenho socioambiental**

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais, voltados para a comunidade, incluindo sempre os funcionários, associados e consumidores nas atividades.

## **Recursos humanos**

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (processo agregar, aplicar, manter, desenvolver, e monitorar), de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2017, admitiu 11 novos colaboradores e no mesmo período, 12 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 106 colaboradores, sendo 99 ativos, 6 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

## **Saúde e segurança no ambiente de trabalho**

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2017 o valor de R\$ 66.070,60 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2017 o valor de R\$ 50.846,07 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da Dr<sup>a</sup> Giani Micheli Frare Peck.

Nos dias 26 a 29 de setembro de 2017, foi realizado o XIII SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Diversas atividades foram desenvolvidas com os colaboradores durante a semana como: exames laboratoriais e orientação médica para os mesmos, palestras motivacionais e de segurança no trabalho, totalizando um investimento de R\$ 19.035,00.

Em novembro de 2017 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.

### **Desenvolvimento profissional**

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e OCESEC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxilia seus colaboradores investindo na sua qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

Também auxilia através do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 7 colaboradores das áreas afins da cooperativa receberam este benefício.

O programa jovem aprendiz, é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de 30 funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o CIEE e SESCOOP, tem em seu quadro funcional dois aprendizes no município de Turvo.

## **Responsabilidade Social**

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. O valor arrecadado que ultrapassou a quantia de 3,03 milhões de reais foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

A Cersul mantém implantado, um sistema de gestão ambiental (SGA), com o objetivo de controle de documentos, criação de programas ambientais, análise das questões ambientais que envolvem a atividade de distribuição de energia.

## **Projetos Sociais**

A Cersul com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP promoveu projetos sociais em sua área de atuação, sendo eles:

- **Núcleo de mulheres cooperativistas:** O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social da cooperativa.
- **Dia do Cooperativismo:** Em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo, a Cersul, em parceria da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca), promoveu no centro de eventos em Turvo o encontro de casais cooperativistas, com uma palestra motivacional ministrada pelo consultor Eduardo Shinyashiki, reunindo aproximadamente 600 pessoas, sendo associados e seus familiares.
- **Programa Cooperjovem:** Este programa é uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP, e é colocado em prática por cooperativas de todo o país. O programa visa disseminar as ideias e os princípios do cooperativismo entre crianças e adolescentes em fase de formação do caráter, através de atividades lúdicas, os estudantes aprendem a importância da cooperação e os conceitos

do cooperativismo. A cooperativa iniciou esse projeto na escola de Timbé do Sul, com professores e alunos do 1º e 9º ano do ensino fundamental. Durante todo o ano os professores foram capacitados com cursos e encontros para desenvolverem as atividades do PEC.

- **Projeto Cersul na Comunidade:** No ano de 2017 a cooperativa iniciou o programa Cersul na Comunidade onde foram realizadas palestras com o tema “Cuidados com o coração”, com o médico cardiologista Dr. Roberto Salvaro. Este projeto teve como objetivo levar informações de qualidade de vida aos associados, oferecendo ao final de cada encontro uma confraternização com intuito de aproximar os sócios da cooperativa. Esse projeto realizou-se nos cinco municípios da área de abrangência total da Cersul, sendo estes: Morro Grande, Timbé do Sul, Meleiro, Ermo e Turvo.

Segue algumas imagens dos projetos sociais:



Imagem 11: Núcleo mulheres cooperativistas.





Imagem 12: Dia do Cooperativismo.



Imagem 13: Programa Cooperjovem.



Imagem 14: Cersul na comunidade (Turvo).

## **Educação ambiental**

A Cersul anualmente promove projetos de conscientização ambiental, para fins de envolver a comunidade e proporcionar um conhecimento atualizado para preservação e cuidados com a natureza, sendo os realizado em 2017:

- **Pense no futuro, plante no presente:** No dia da árvore, 21 de setembro, ocorreu o projeto “Pense no Futuro, Plante no Presente”, na escola de Educação Básica Ana Dal Toé, município de Morro Grande, com palestras e entregas de brindes didáticos, abordando a importância da preservação da flora, adotando atitudes que trazem benefícios para a natureza, onde os alunos auxiliaram no plantio de 700 mudas nativas para reflorestamento de 1km da mata ciliar do rio Manuel Alves, incentivando as crianças a respeitarem o meio ambiente e disseminar esta informação a comunidade.

Na mesma semana também foi realizada a doação de mudas nativas a todos os colaboradores da Cersul.

- **Dia “C” – dia de Cooperar:** No ano de 2017, por incentivo nacional da OCB e estadual do SESCOOP- SC, a cooperativa deu continuidade a esse projeto. Este evento,

que inicia no dia internacional do cooperativismo, visa desenvolver a consciência da cooperação e do voluntariado. A Cersul fez uma ação social na escola do bairro São Braz de Turvo com o tema “O mundo que se joga fora”, onde foram feitas palestras sobre cuidados com o meio ambiente, reaproveitamento de resíduos, economia de energia e água e coleta seletiva de lixo, também foram entregues materiais lúdicos sobre o tema abordado, tendo como foco atender as crianças e seus familiares.

A seguir imagens dos projetos ambientais:



Imagem 15: Projeto “Pense no futuro, plante no presente”; Morro Grande.



Imagem 16: Dia “C”- dia de cooperar; Morro Grande.

## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 23 de março de 2018.

Conselho de Administração.



**Everton Aldir Schmidt**  
Presidente



**Jairo Luiz Canela**  
Vice-Presidente



**Luiz Carlos Marcón**  
Secretário




**Abel Olivo Neto**  
Conselho de Administração



**Selvino Londero**  
Cons. de Administração



**Eder Luis Dal Toe**  
Conselho de Administração



**Clovis Rodrigues Pelizzari**  
Cons. de Administração

# **2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS**

## 2.1 – Balanço Patrimonial

### CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>21.208</b>	<b>19.790</b>
Caixa e bancos		650	727
Aplicações financeiras	05	8.440	9.824
Consumidores associados	06	6.926	5.917
Adiantamentos diversos		71	60
Impostos a recuperar	07	916	890
Estoques	08	456	322
Serviços em curso	09	492	947
Ativos regulatórios	10	1.662	855
Despesas de exercícios seguintes		109	113
Outras contas a receber	11	1.486	135
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>67.064</b>	<b>68.209</b>
Impostos a recuperar	07	566	664
Ativo indenizado (permissão)	04-G	24.617	22.484
Depósitos judiciais		3	3
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>417</b>	<b>375</b>
Participações societárias permanentes	12	417	375
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>60</b>	<b>60</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	04-H	<b>41.401</b>	<b>44.623</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>88.272</b>	<b>87.999</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

**PASSIVO**

	Nota	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.626</b>	<b>9.077</b>
Fornecedores	13	622	453
Salários e ordenados a pagar	14	235	217
Impostos, taxas e contribuições	15	1.184	1.051
Sobras a repassar geração	16	1.379	1.379
Taxas regulamentares	17	1.814	1.277
Passivos regulatórios	18	25	3.464
Provisão para férias	19	868	795
Outros débitos	20	499	441
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.248</b>	<b>1.604</b>
Impostos, taxas e contribuições		1	1
Passivos regulatórios	18	-	-
Processos trabalhistas e cíveis	22	11	41
Obrigações vinculadas a permissão	04-M	2.236	1.562
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>79.398</b>	<b>77.318</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>159</b>	<b>154</b>
Capital social realizado	23	159	154
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>8.512</b>	<b>8.512</b>
Doações e subvenções		1.232	1.232
Outras reservas de capital		7.280	7.280
<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		<b>72</b>	<b>150</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		72	150
<b>AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA</b>		<b>9.514</b>	<b>10.928</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		9.514	10.928
<b>RESERVAS ESTATUTÁRIAS</b>		<b>59.566</b>	<b>54.624</b>
Reserva legal		7.467	7.117
Fates		3.001	2.760
Reserva de ampliação		31.551	30.151
Reservas de sobras		17.547	14.596
<b>SOBRAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.575</b>	<b>2.950</b>
Sobras a disposição da AGO	24	1.575	2.950
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>88.272</b>	<b>87.999</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/17	01/jan/16
	a	a
	31/dez/17	31/dez/16
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>64.137</b>	<b>60.624</b>
Fornecimento de energia	21.505	18.040
Disponibilização do sistema de distribuição	27.137	30.018
Receita de construção da infraestrutura	4.619	5.063
Ativos e passivos financeiros setoriais	4.229	4.108
Serviços	815	699
Serviços cobráveis	51	46
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público	5.781	2.650
<b>DEDUÇÕES NOS INGRESSOS</b>	<b>(18.346)</b>	<b>(19.537)</b>
Tributos e contribuições sobre a receita	(10.771)	(10.925)
Encargos do consumidor	(7.575)	(8.612)
<b>INGRESSOS LÍQUIDOS</b>	<b>45.791</b>	<b>41.087</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(43.473)</b>	<b>(35.536)</b>
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(21.888)	(14.522)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.214)	(959)
<b>Custo de operação</b>		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(7.681)	(7.351)
Material	(2.013)	(1.756)
Serviços de terceiros	(874)	(794)
Depreciação e amortização	(3.639)	(3.647)
Provisões	70	(37)
Seguros, tributos e aluguéis	(793)	(710)
Custo de construção da infraestrutura	(4.619)	(5.063)
Outros	(822)	(697)
<b>SOBRA BRUTA</b>	<b>2.318</b>	<b>5.551</b>
<b>INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS</b>	<b>1.610</b>	<b>1.029</b>
Dispêndios financeiros	(92)	(697)
Ingressos financeiros	1.702	1.726
<b>OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS</b>	<b>(1.595)</b>	<b>(1.596)</b>
<b>SOBRAS ANTES DA CS E IR</b>	<b>2.333</b>	<b>4.984</b>
<b>IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO</b>	<b>(92)</b>	<b>(106)</b>
<b>SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.241</b>	<b>4.878</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



## 2.3 – Demonstração do Resultado Abrangente

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/17 a 31/dez/17	01/jan/16 a 31/dez/16
<b>RESULTADO/ SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.241</b>	<b>4.878</b>
<b>(+/-) Resultados Abrangentes</b>	<b>1.497</b>	<b>1.953</b>
Reversão da reserva legal - NBCT 10.8	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial - Cooperados	1.497	1.953
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.738</b>	<b>6.831</b>
<b>RESULTADO COM TERCEIROS</b>	<b>237</b>	<b>275</b>
Resultado líquido do exercício	237	275
<b>BASE PARA DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>3.738</b>	<b>6.831</b>
Fundo de reserva legal (10%)	350	656
FATES - Fundo de assistência técnica e social (5%)	176	328
FATES - Fundo de assist. téc. e soc. - Resultado com terceiros	237	275
Reserva para ampliação e manutenção	1.400	2.622
<b>SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>1.575</b>	<b>2.950</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 2.4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS			TOTAIS
<b>SALDOS 31/DEZ/15</b>	<b>149</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>12.830</b>	<b>249</b>	<b>6.462</b>	<b>2.310</b>	<b>27.528</b>	<b>13.099</b>	<b>49.399</b>	<b>1.497</b>	<b>72.636</b>
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		-
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações legais e estatutárias						655	603	2.623		3.881	(3.881)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									1.497	1.497	(1.497)	-
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(153)			(153)		(153)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.902)	(99)					-	1.953	(48)
- Ajustes de exercícios anteriores										-		-
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>										-	4.878	4.878
<b>SALDOS 31/DEZ/16</b>	<b>154</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>10.928</b>	<b>150</b>	<b>7.117</b>	<b>2.760</b>	<b>30.151</b>	<b>14.596</b>	<b>54.624</b>	<b>2.950</b>	<b>77.318</b>
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		-
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações legais e estatutárias						350	409	1.400		2.159	(2.159)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									2.951	2.951	(2.951)	-
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(168)			(168)		(168)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.414)	(78)					-	1.494	2
- Ajustes de exercícios anteriores										-		-
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>										-	2.241	2.241
<b>SALDOS 31/DEZ/17</b>	<b>159</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>9.514</b>	<b>72</b>	<b>7.467</b>	<b>3.001</b>	<b>31.551</b>	<b>17.547</b>	<b>59.566</b>	<b>1.575</b>	<b>79.398</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.414)</b>	<b>(78)</b>	<b>350</b>	<b>241</b>	<b>1.400</b>	<b>2.951</b>	<b>4.942</b>	<b>(1.375)</b>	<b>2.080</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 2.5 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/17	01/jan/16
	a	a
	31/dez/17	31/dez/16
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(3.023)</b>	<b>3.202</b>
Sobras do exercício	2.241	4.878
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.009)	415
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	72	103
Redução (Aumento) de estoques	(135)	218
Redução (Aumento) de adiantamentos	(11)	7
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	4	(19)
Redução (Aumento) de serviços em curso	455	209
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(807)	(207)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(1.351)	4
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	-	-
Aumento (Redução) de fornecedores	169	24
Aumento (Redução) de salários a pagar	18	31
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	133	699
Aumento (Redução) de provisão de férias	72	36
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	537	(1.348)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	(3.439)	(1.040)
Aumento (Redução) de processos trab. e cíveis a pagar	(30)	36
Aumento (Redução) de sobras a repassar geração	-	-
Aumento (Redução) de outros débitos	58	(844)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.723</b>	<b>1.770</b>
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(2.133)	(4.739)
(Aumento) Redução dos investimentos	(42)	(13)
(Aumento) Redução do imobilizado	-	-
(Aumento) Redução do intangível	3.224	4.960
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	674	1.562
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(161)</b>	<b>(196)</b>
Realização de reservas	(166)	(201)
Aumento (Redução) do capital social	5	5
Distribuição de sobras para investimentos	-	-
Avaliação regulatória compulsória	-	-
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(1.461)</b>	<b>4.776</b>
Disponibilidades no início do exercício	10.551	5.775
Disponibilidades no final do exercício	9.090	10.551

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 2.6 – Demonstração do Valor Adicionado

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/17	01/jan/16
	a	a
	31/dez/17	31/dez/16
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>64.136</b>	<b>60.625</b>
Fornecimento de energia	21.504	18.041
Uso do sistema de distribuição	27.137	30.018
Receita de construção da infraestrutura	4.619	5.063
Ativos e passivos financeiros setoriais	4.229	4.108
Outros serviços e receitas operacionais	6.647	3.395
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(33.931)</b>	<b>(26.256)</b>
Energia elétrica	(23.102)	(15.480)
Custo de construção da infraestrutura	(4.619)	(5.063)
Serviços de terceiros	(1.748)	(1.618)
Manutenções da rede, veículos e materiais de uso	(1.945)	(1.667)
Combustíveis, telefone, água, energia, correio	(519)	(435)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	71	(37)
Outros	(2.069)	(1.956)
<b>= VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>30.205</b>	<b>34.369</b>
<b>(-) RETENÇÕES</b>	<b>(3.639)</b>	<b>(3.646)</b>
Depreciação do período	(3.639)	(3.646)
<b>= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>26.566</b>	<b>30.723</b>
<b>+ VALORES RECEBIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.702</b>	<b>1.726</b>
Receitas financeiras	1.665	1.701
Outras receitas	37	25
<b>= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>28.268</b>	<b>32.449</b>
<b>= DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(28.268)</b>	<b>(32.449)</b>
Remuneração do trabalho, encargos e benefícios	(7.472)	(7.208)
Governo (impostos, taxas e contribuições)	(18.463)	(19.665)
Terceiros (juros, multas e outras desp. financeiras)	(92)	(698)
Sobras do exercício	(2.241)	(4.878)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 2.7 – Notas Explicativas

### **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

Turvo - SC

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### **NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

#### **NOTA 02 - DA PERMISSÃO**

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,3 mil unidades consumidoras distribuídas em 136 localidades.

#### **NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de

divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### **A) BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

#### **B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos regulatórios e provisão para férias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### **NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

#### **A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

##### **NÃO DERIVATIVOS**

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não

derivativos:

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

**RECEBÍVEIS:** são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

**EXIGÍVEIS:** abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

## **DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

### **B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

### **C) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

### **D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS**

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSUL assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” respectivamente, a partir desta data.

#### **E) INVESTIMENTOS**

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

#### **F) IMOBILIZADO**

**Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.**



Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

#### **G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

#### **H) INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

#### **I) TAXAS REGULAMENTARES**

##### ***a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)***

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os

valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

## **J) RECONHECIMENTO DE RECEITA**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário e permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão/permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR**

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

**L) PROVISÃO DE FÉRIAS**

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

**M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO**

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Eficiência Energética – PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

**N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

**O) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

## NOTA 05 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2017	2016
C. E. Federal	CDB Flex	1,0 a 1,09/CDI	2.982	3.463
B. Brasil	CDB	Variável	683	660
Sicoob Credisulca	CDB	1,0 / CDI	4.775	5.701
<b>TOTAL</b>			<b>8.440</b>	<b>9.824</b>

## NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

### COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

Classes	Legislação Societária	
	2017	2016
Residencial	863	741
Industrial	2.575	2.314
Comercial	580	481
Rural	1.208	1.071
Poder Público	51	49
Iluminação Pública	133	158
Serviço Público	6	4
Parcelamento de Energia	791	812
Fornecimento não faturado	1.496	1.372
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>7.703</b>	<b>7.002</b>
Serviço Taxado	9	9
Participação Financeira	358	99
Outros Créditos	38	33
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>8.108</b>	<b>7.143</b>
<b>PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV.</b>	<b>(1.182)</b>	<b>(1.226)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.926</b>	<b>5.917</b>

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

## NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS a recuperar	1	2
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	503	510
PIS a recuperar	-	-
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	388	224
IRRF aplicações financeiras	24	154
	<b>916</b>	<b>890</b>

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2017	2016
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	566	664
	<b>566</b>	<b>664</b>

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

**W1** – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

**W2** – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

## NOTA 08 – ESTOQUES

Material	Legislação Societária	
	2017	2016
Almoxarifado em serviço	264	210
Bens destinados a alienação	-	4
Resíduos e sucatas	52	66
Adiantamento a fornecedores	140	42
<b>Total</b>	<b>456</b>	<b>322</b>

## NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2017	2016
Serviços Prestados a Terceiros	106	191
Serviços Próprios	211	423
Projetos P&D/PEE	-	229
Desativações e alienações em Curso	127	104
Outros Projetos	48	-
<b>Total</b>	<b>492</b>	<b>947</b>

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

## NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2017	2016
CDE Neutralidade	513	65
PROINFA Neutralidade	70	9
TFSEE Neutralidade	4	-
IF CUSD e PIS e COFINS	1.075	781
<b>Total</b>	<b>1.662</b>	<b>855</b>

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

## NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2017	2016
Serviços prestados a receber (W1)	67	67
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	194	194
Implantação Resolução ANEEL	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	9	67
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(194)	(194)
Reembolso do fundo da CDE	1.409	-
<b>Total</b>	<b>1.486</b>	<b>135</b>

W1 – Valores a receber referente à instalação e equipamentos de padrão de medição, no qual serão recebidos através da fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

## NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Legislação Societária	
	2017	2016
<b>Coligadas</b>		
Fecoerusc	2	2
Fecoerusc Oficina	20	22
Credisulca	388	344
Brasil Telecon/Telesc/Outras	7	7
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>375</b>

## NOTA 13 - FORNECEDORES

	Legislação Societária	
	2017	2016
Materiais	606	419
Serviços	16	34
<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>453</b>

## NOTA 14 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2017	2016
Empregados	215	200
Diretores	20	17
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>2017</b>

## NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2017	2016
INSS – Folha de pagamento	180	177
FGTS – Folha de pagamento	55	53
IRRF – Folha de pagamento	61	80
ICMS	860	696
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	3	4
Retenções PF – IRRF	4	4
PIS – Folha de pagamento	7	7
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não cooperado	14	30
<b>Total</b>	<b>1.184</b>	<b>1.051</b>

## NOTA 16 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Valores remanescentes das sobras dos períodos findos em 2011, 2012 e 2013, os quais foram aprovados em assembléia geral ordinária, para que os mesmos possam ser repassados para a atividade de geração de energia, o qual será pago para a Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento conforme decisão da administração. O valor de R\$ 1.379 mil está assim representado:

Período	Sobra a disposição AGO	Valor do repasse aprovado	Valor a repassar
2011	R\$ 3.328 mil	R\$ 800 mil	R\$ 179
2012	R\$ 2.659 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
2013	R\$ 2.044 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.379</b>

## NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

	Legislação Societária	
	2017	2016
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	346	390
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	-	171
Programa em eficiência energética – PEE	591	537
Taxa de fiscalização	8	7
Bandeiras tarifárias	869	172
<b>Total</b>	<b>1.814</b>	<b>1.277</b>

## NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Legislação Societária	
	2017	2016
PROINFA - Neutralidade	25	118
TFSEE	-	7
CDE Neutralidade	-	386
Bandeiras tarifárias	-	2.953
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>3.464</b>

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

## NOTA 19 – PROVISÃO PARA FÉRIAS

	Legislação Societária	
	2017	2016
INSS	174	165
FGTS	51	46
PIS	6	6
Férias	637	578
<b>Total</b>	<b>868</b>	<b>795</b>

## NOTA 20 – OUTROS DÉBITOS

	Legislação Societária	
	2017	2016
Rep. à convênios/ Consig. /Contrib. sind. /Plan. saúde	9	14
Prêmios de seguros	12	-
Decisões judiciais/ Processos a pagar	3	5
Convênio iluminação pública	86	48
Convênios c/ hospitais e associações	257	240
Capital social a devolver associado	75	75
Sobras a distribuir	24	24
Devol. a efetuar/ Duplicidade/ Créditos a identificar	25	20
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa	1	1
Outros	7	14
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>441</b>

## NOTA 21 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2006, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2001 a junho de 2006, resultando no Auto de Infração nº 09.2.01.00-2006.00354-0 no montante de R\$ 2.678.969,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Não foi realizada provisão para tal valor, visto que o mesmo está sendo discutido judicialmente e possui parecer jurídico com provável êxito na impugnação para que seja anulada a referida notificação.



## NOTA 22 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda das causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 1.492,00 dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências.

Para as demais causas com riscos classificados como "Remotos" ou "Possíveis" não fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.


## NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL


Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 16.533 (dezesesseis mil, quinhentos e trinta e três) associados em 31/dez/2017.

## NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	Valor R\$
A) Ajustes de exercícios anteriores	-
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	1.492
C) Sobras líquidas do exercício	2.241
<b>Total das sobras</b>	<b>3.733</b>
(D) Resultado com associados	3.499
(E) Resultado com terceiros	234
<b>Total das Sobras</b>	<b>3.733</b>
<b>BASE PARA AS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>3.499</b>
<b>Demonstrativo das Destinações Estatutárias</b>	
F) Reserva Legal - 10%	350
G) Reserva de Assistência Técnica Educacional Social (RATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	409
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 40%	1.400
<b>I) Total das destinações estatutárias</b>	<b>2.159</b>
<b>J) Sobras À disposição da AGO</b>	<b>1.574</b>

  
Joëlma Walnier dos Santos  
Contadora CRC-SC: 030385/O-2  
CPF: 036.815.639-77

  
Everton Aldir Schmidt  
Presidente  
CPF: 415.141.739-72

**3 – RELATÓRIO  
DOS AUDITORES  
E PARECER DO  
CONSELHO  
FISCAL**

### 3.1 – Relatório dos Auditores

#### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

##### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### **Outros Assuntos**

##### **Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com

f

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.


Criciúma, 13 de março de 2018.

**MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**

**CRC/SC-006351/O**

  
**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**  
**CNAI Nº 638**


### 3.2 – Parecer do Conselho Fiscal



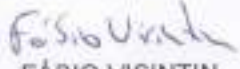
**CERSUL**  
Um novo tempo

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**  
CNPJ/MF: 86.512.670/0001-02 - Inscrito Estadual: 250.249.537 - NIRE: 424.000.391-5  
**Fone: (48) 3525-8400 / (48) 3525-8412**  
Rua Antônio Bez Batti, 525 - Caixa Postal Nº 08 - Centro - CEP: 88930-000 - Turvo - SC.  
E-mail: cersul@cersul.com.br - Site: www.cersul.com.br


Ata da reunião do Conselho Fiscal da CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, em caráter extraordinário, com fins específicos de apurar o Relatório da Diretoria, Balanços e Contas relativas ao exercício de 2017. Aos vinte dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às oito horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, localizada a Rua Antonio Bez Batti, 525, Centro, Turvo, Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5. Reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal, o Coordenador: Orlando Margoli Piazza, o Secretário: Fábio Visintin e o Membro Efetivo: Dino Roberto Scardueli. Para tratarem de assuntos relativos à apreciação de contas de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer emitido pelos auditores independentes, decidiram por unanimidade aprovar os balancetes mensais e o balanço geral, inclusive o demonstrativo e o relatório do Conselho de Administração, referentes ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, emitindo seu parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelo Coordenador, Orlando Margoli Piazza. Para constar, eu, Fábio Visintin, secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes do Conselho Fiscal, TURVO (SC), 22 de março de 2018.



ORLANDO MARGOLI PIAZZA  
Coordenador



FÁBIO VISINTIN  
Secretário



DINO ROBERTO SCARDUELI  
Membro Efetivo

**4 – RELATÓRIO DE  
RECOMENDAÇÕES  
DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES PARA  
APRIMORAMENTO  
DOS CONTROLES  
INTERNOS**

**CERSUL - COOPERATIVA DE  
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.**

Turvo - SC

**CARTA DE CONTROLES INTERNOS N° 03/2018**

(Recomendações para Aprimoramento dos  
Controles Internos)

**1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de interim, referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativas ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, a sede da mesma foi visitada em outubro de 2017 e fevereiro de 2018.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4) Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.





Durante o período de 2017 foram realizados trabalhos de auditoria para validação dos controles internos e dos saldos contábeis da Permissionária. Elencamos neste relatório as principais situações analisadas e também as sugestões recomendadas quando necessárias.

### (3) COMPRAS E ALMOXARIFADO

#### (3.1) VOLUME DE COMPRAS

No período de janeiro a outubro de 2017 foram contabilizados R\$ 19.106.259,87 em aquisições pela Cooperativa, conforme relatório de notas fiscais de entrada. Estes valores foram segregados e classificados da seguinte forma:

Descrição	Valor (R\$)	%	Obs:
Compra de energia elétrica	14.711.489,57	77,00%	W1
Aquisições ativo imobilizado (Imob./Almox de Obras)	1.660.966,05	8,69%	W2
Serviços diversos	1.428.983,81	7,48%	W3
Retorno de mercadoria para conserto	527.798,24	2,76%	W4
Materiais para uso ou consumo	487.075,28	2,55%	W5
Combustíveis ou lubrificantes	170.051,16	0,89%	W6
Devolução de ICMS - retificação de futuras	62.202,71	0,33%	W7
Serviço de comunicação	36.294,87	0,19%	W8
Entrada de bem em comodato	14.740,99	0,08%	W9
Serviço de transporte	5.491,19	0,03%	W10
Entrada de bem ou mercadoria para demonstração	1.157,00	0,01%	W11
<b>Total</b>	<b>19.106.259,87</b>	<b>100,0%</b>	

Durante nossos trabalhos, efetuamos análises e testes através de amostras dos valores constantes nos itens W2, W3, W5, W6, e W10 acima, visto que os demais itens representam gastos inerentes a atividade da Cooperativa ou não geram desembolsos para a mesma (W1, W4, W7, W8, W9 e W11), não sendo passíveis os procedimentos habituais de compras.

#### (3.2) PROCEDIMENTOS DE COMPRAS

##### SOLICITAÇÃO

O procedimento de compras inicia-se com o preenchimento da Solicitação de Compra pelos colaboradores autorizados, onde os mesmos informam a descrição dos materiais e as respectivas quantidades solicitadas, a Solicitação é realizada via Sistema e também fisicamente, onde o solicitante procede com a assinatura e posteriormente repassa ao responsável pelas compras. A partir deste momento, tem-se o prazo de dez dias para efetivação do Pedido de Compras ou seu cancelamento, quando não aprovado.

Analisamos os Pedidos de Compras realizados durante o período de janeiro a agosto de 2017 e, em relação às solicitações efetuadas, não identificamos nenhuma exceção aos procedimentos estabelecidos pela regulamentação interna da Cooperativa, de forma que todas as solicitações foram assinadas pelo respectivo solicitante.



## **COTAÇÃO**

Após o recebimento da Solicitação de Compra devidamente assinada, o responsável pelo setor identifica o tipo de material descrito e inicia o procedimento de cotação de preços, preferencialmente com 3 (três) fornecedores. As mesmas são realizadas com fornecedores qualificados já cadastrados no Sistema.

De acordo com o a regulamentação interna da Cooperativa, todas as aquisições de materiais devem ser realizadas cotações, independentemente do valor da compra. Para as aquisições de serviços, o Gerente Geral e Gerente Administrativo realizam a intermediação das mesmas.

Nas aquisições de materiais de uso e consumo (itens de escritório, limpeza, uniformes, etc), serviços de comunicação, serviços de transporte e combustíveis/lubrificantes é realizado um rodízio entre as empresas da região, sendo realizada a tomada de preços informalmente. Para alguns casos, como postos de combustíveis, o setor de compras possui os preços tabelados, sendo estes de forma igualitária para todos.

Além da verificação dos menores preços, a efetivação da compra ocorre com fornecedores cujo histórico de qualidade nos serviços/materiais sejam conhecidos, bem como a análise dos prazos de entrega.

Os processos de compras analisados possuem as devidas assinaturas do solicitante, encarregado do setor de compras, Gerente Geral e Gerente Administrativo, de forma a garantir autorização expressa para tais aquisições pelas autoridades competentes da Cooperativa.

## **AUTORIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA COMPRA**

Após realizadas as cotações dos materiais, a planilha de preços é impressa e encaminhada para autorização. As autorizações das aquisições são realizadas pelo Gerente Geral e pelo Gerente Administrativo da Cooperativa, que assinam a planilha de cotação.

O procedimento de autorização de compra é realizado em todos os itens do almoxarifado, tanto no de obras, alocado no Ativo Imobilizado, como no de manutenção, independentemente do valor. Para os demais itens de menores valores, a compra é realizada diretamente, sendo autorizado o pagamento posteriormente pelo Gerente Geral e Gerente Administrativo. As Notas Fiscais em sua totalidade são assinadas pelos mesmos.

Entendemos que, para otimizar o procedimento de autorização de compras, os itens do almoxarifado possuam uma alçada de valor, a qual permita que o encarregado do setor de compras realize a compra sem a necessidade de autorização prévia dos responsáveis, desde que os valores não ultrapassem a alçada de compras definida. Cabendo ao Gerente Geral e Gerente Administrativo as devidas considerações no momento da autorização dos pagamentos e assinaturas das Notas Fiscais.

Salientamos que cabe à Administração da Cooperativa analisar a viabilidade de tal procedimento, verificando a relação entre volume das compras e a demanda de tempo para realização das devidas autorizações.



Após a aprovação das cotações, nos casos necessários, o setor de compras emite um ou mais Pedido(s) de Compra para o(s) fornecedor(es) vencedor(es), de acordo com o menor preço, melhor negociação ou atendimento aos requisitos solicitados (restrições técnicas, etc.)

## RECEBIMENTO E INSPEÇÃO

No recebimento dos materiais e respectiva nota fiscal, os itens são inspecionados pelo setor de almoxarifado para verificação de possíveis avarias e atendimento aos requisitos e especificações descritos no Pedido de Compra, sendo que, na ausência deste, o processo é interrompido até que a situação seja regularizada.

Caso o produto inspecionado não atenda ao descrito no Pedido de Compra, o responsável pelo recebimento comunica o comprador que busca junto ao fornecedor esclarecimentos e providências, sendo que tal situação deve ser anotada junto ao carimbo no verso da nota fiscal do produto para que seja também registrada posteriormente no sistema.

Nos testes de auditoria realizados nos procedimentos de compras, observamos a fidedignidade entre os procedimentos adotados pelos responsáveis e a regulamentação interna da Cooperativa. As compras realizadas são arquivadas fisicamente contendo todo o procedimento adotado, bem como a assinatura dos responsáveis em todas as etapas.

## CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As aquisições de serviços são intermediadas pelo setor de compras, juntamente com o Gerente Geral e Gerente Administrativo da Cooperativa, sendo que as solicitações para contratações dos serviços e respectivas tomadas de preços são realizadas informalmente.

A seguir demonstramos por amostragem alguns desembolsos com prestadores de serviços no período de janeiro a agosto de 2017, seguido das observações pertinentes:

Descrição	Valor (R\$)	Obs:
Cabal Brasil	291.621,80	W1
Unimed Criciúma	172.182,76	W1
Useall Software	175.325,78	W2
HD Manutenção	84.041,00	W3
Liri Transformadores	82.881,83	W4
Fluxo Ind. Transf. Elétricos	35.101,65	W4
Potencial Manutenção e Comércio de Equipamentos	15.920,00	W4
<b>Total Amostragem</b>	<b>905.644,82</b>	

W1 – Valores desembolsados referem-se a gastos inerentes ao setor de compras, sendo valores dispendidos aos funcionários a título de vale alimentação (Cabal Brasil) e planos de saúde (Unimed Criciúma).

f

Em relação ao vale alimentação, a empresa contratada é responsável pelos serviços de emissão, utilização e administração do cartão de alimentação dos funcionários da Cooperativa, tendo o contrato vigente advindo do exercício de 2009. São repassados valores fixos mensais de R\$ 434,01 por funcionário, sendo que a prestadora de serviço mantém uma taxa administrativa de R\$ 0,85 centavos por funcionário, conforme verificado em Nota Fiscal com competência setembro de 2017.

**W2** – Contrato advindo do exercício de 2008 e adendos contratuais posteriores, é cobrado o valor mensal pelo licenciamento de uso e atualização dos sistemas informatizados da Cooperativa. Em relação aos valores cobrados, por questões técnicas, não há comparativos com demais empresas do segmento para verificações dos preços praticados.

**W3** – Valores gastos com serviços de manutenção dos veículos da Cooperativa conforme demanda, verificados através das Ordens de Serviços e Notas Fiscais. No período analisado foram emitidas 43 (quarenta e três) Notas Fiscais contra a Cooperativa, sendo verificadas por meio de amostragem, como segue:

Nº Doc.	Descrição Serviço	Valor R\$
512	Manut. Equip. PKK23.000 nº de frota 28	12.680,00
482	Manut. Equip. Cesto Aéreo Masal nº frota 38	9.751,00
463	Montagem Equip. Cesto Aéreo Masal nº frota 38	6.750,00
532	Manut. Equip. PKK12500 nº frota 37	5.350,00
606	Manut. Equip. Linha Viva Guilon nº frota 16	4.950,00
617	Manut. Equip. PKK12500 nº frota 28	2.450,00
<b>Total Analisado</b>		<b>41.931,00</b>
<b>Total Fornecedor</b>		<b>84.041,00</b>
<b>% Analisado</b>		<b>49,89%</b>

Por questões técnicas, todas as manutenções são realizadas com a empresa HD Manutenção Ltda, sendo que, a Cooperativa verifica a disponibilidade de um funcionário específico da empresa para a realização de tais serviços.

A Cooperativa possui controle individualizado por veículo no módulo "Frotas" no Sistema de Software, o qual contém a descrição dos históricos de manutenções realizadas e valor dispendidos.

Selecionamos os valores desembolsados referentes as manutenções dos veículos expostos na tabela supracitada, contemplando todos os gastos desde a aquisição do veículo até a o encerramento do exercício de 2016, como segue:

Nº Frota	Período dos gastos	Valor Total Gasto	Qtde Meses	Média mensal
16	08/2007 a 12/2016	178.111,69	113	1.576,21
28	09/2007 a 12/2016	159.380,24	112	1.423,04
37	03/2009 a 12/2016	119.754,18	94	1.273,98
38	06/2009 a 12/2016	89.482,24	91	983,32

*h*

Em complemento, demonstramos a seguir os valores dispendidos no período de 2017, o qual foi base para a realização dos trabalhos de auditoria:

Nº Frota	Período dos gastos	Valor Total Gasto	Qtde Meses	Média mensal
16	2017	26.525,96	8	3.315,75
28	2017	44.148,91	8	5.518,61
37	2017	20.511,95	8	2.563,99
38	2017	15.874,09	8	1.984,26

Os gastos contemplam os valores dos serviços prestados, incluindo serviços de lavagem e manutenção, bem como os materiais utilizados para realização dos mesmos.

O presente trabalho não contempla a necessidade da realização dos serviços e os desembolsos ocasionados pelos mesmos, sendo estes de responsabilidade dos setores de almoxarifado, compras e da Administração da Cooperativa. As documentações verificadas estavam devidamente assinadas pelo Gerente Geral, Gerente Administrativo e demais envolvidos.

**W4** – Gastos referentes manutenção e consertos de itens de almoxarifado da Cooperativa (religadores, transformadores, reguladores de tensão). A mesma mantém contato com 3 (três) prestadores dos referidos serviços.

Os materiais danificados são retirados da Rede Elétrica e direcionados pelo coordenador do almoxarifado ao prestador de serviço para realização do orçamento. Em posse do orçamento o Setor de Compras realiza das devidas autorizações do Gerente Geral e Gerente Administrativo.

Nº Doc	Descrição Serviço	Fornecedor	Valor R\$
152	Manutenção rebobinagem em transformadores	Liri Transformadores	17.665,92
03	Manutenção rebobinagem em transformadores	Liri Transformadores	11.716,84
72	Manutenção e rebobinagem em transformadores	Liri Transformadores	11.276,66
88	Manutenção e rebobinagem em transformadores	Liri Transformadores	10.078,87
898	Manutenção em reguladores de tensão	Fluxo Ind. Transf. Elétricos	23.282,83
854	Manutenção em transformadores	Fluxo Ind. Transf. Elétricos	7.587,83
8242	Manutenção em religador	Potencial Manut. e Com. de Equip.	9.310,00
8241	Manutenção em religador	Potencial Manut. e Com. de Equip.	6.610,00
<b>Total Analisado</b>			<b>97.528,95</b>
<b>Total Fornecedores</b>			<b>133.903,48</b>
<b>% Analisado</b>			<b>72,84%</b>

A Cooperativa não possui o histórico de desembolsos ocasionados individualmente nos materiais, para realização das manutenções, é verificado o valor da mesma e comparado ao valor de reposição do material. Caso a manutenção apresentar um custo elevado em comparação ao preço do material novo, o mesmo é direcionado ao almoxarifado de sucata e providenciada a aquisição do produto novo.

As referidas verificações não contemplam a necessidade da realização dos serviços e os desembolsos ocasionados pelos mesmos, sendo estes de responsabilidade dos setores de almoxarifado, compras e da Administração da Cooperativa. As documentações verificadas estavam devidamente assinadas pelo Gerente Geral, Gerente Administrativo e demais envolvidos.



### (3.3) CONCILIAÇÃO ESTOQUE CONTÁBIL X RELATÓRIOS AUXILIARES

Na data base, realizamos a conferência dos valores expressos no balancete contábil com os respectivos relatórios auxiliares, como segue:

Composição contábil sintética dos estoques:

Descrição	Saldo Contábil
Saldo Almojarifado Operacional	347.558,39
Saldo Material em Depósito	995.951,21
<b>Total Estoque</b>	<b>1.343.509,60</b>

Conferência entre contas contábeis analíticas e relatórios auxiliares:

Descrição	Saldo Contábil	Relatório Auxiliar	Divergência	Obs:
Almojarifado de Manutenção	228.953,52	229.596,23	(642,71)	W1
Bens Destinados a Alienação	4.394,41	Sem Relatório Auxiliar	-	W2
Estoque de Resíduos e Sucata	22.774,90	22.774,90	-	
Adiantamento a Fornecedores	91.435,56	Sem Relatório Auxiliar	-	W3
Estoque de Obras	995.951,21	1.008.811,18	(12.859,97)	W1
<b>Total Estoque</b>	<b>1.343.509,60</b>	<b>1.261.182,31</b>	<b>(13.502,68)</b>	

**W1** – Distorções irrelevantes quando comparadas ao saldo total, contudo, recomenda-se a realização da conciliação objetivando a adequação entre as rubricas contábeis e seus respectivos relatórios auxiliares, evitando que as distorções apresentadas progridam ao longo dos exercícios subsequentes.

**W2** – Saldo sem composição através de relatório auxiliar. Conforme razão contábil, o montante é advindo do exercício de 2012, onde, na referida data, não foi providenciada a baixa do ativo corretamente. Para adequação do saldo contábil, o ajuste foi realizado em 1 de outubro de 2017.

**W3** – Valor conforme pagamentos antecipados à empresa Cabal Brasil Gerenciador Financeiro, a qual presta serviços de emissão, utilização e administração de cartão alimentação nos empregados e colaboradores da Cooperativa. Os mesmos referem-se aos pagamentos dos meses de junho (R\$ 41.005,80) e agosto (R\$ 50.015,56), sendo recebida a Nota Fiscal e consequentemente realizada a baixa contábil do Ativo no mês de setembro. Devido as antecipações não se referirem a materiais de estoques, recomendamos que os mesmos sejam controlados em grupo distinto.

### (3.4) ESTOQUES OBSOLETOS

Na data base, verificamos itens constantes no estoque que não apresentaram movimentações no exercício de 2017, sendo apresentado na tabela abaixo conforme data da última movimentação bem como o valor em estoque:

Total Almojarifados	
Última Movimentação	Valor em estoque
2016	148.307,25
2015	27.045,22
2014	21.273,85
2013 e anteriores	22.105,45
<b>Total</b>	<b>218.731,77</b>

Conforme exposto na tabela supracitada, observamos a existência de itens sem movimentação recente no estoque, em especial aos itens inativos dos exercícios de 2015 e anteriores, os quais totalizam R\$ 70.424,72.

Fato ao exposto, recomendamos que a Administração da Cooperativa avalie a realização de provisão para estoques obsoletos, visando a adequação à norma contábil em relação a liquidez dos ativos registrados em conta de estoque.

### (3.5) CONFERÊNCIA FÍSICA DOS ESTOQUES

Em complemento, realizamos a contagem física dos estoques na data base 09 de outubro de 2017. A amostragem representou 23,74% do valor total dos estoques e contemplou os itens de maior expressividade, considerando o custo médio e/ou valor total dos mesmos.

Descrição	Saldo R\$
Almoxarifado de obras	1.100.149,58
Almoxarifado de manutenção	283.497,51
<b>Total Estoque</b>	<b>1.383.557,09</b>

Total da amostra em reais	328.415,65
Total de estoque em reais	1.383.557,09
<b>Percentual da amostra</b>	<b>23,74%</b>

A seguir, demonstramos os resultados da contagem bem como as divergências encontradas e suas devidas observações:

CONTAGEM ALMOXARIFADOS								Obs:
Código	Descrição Material	Saldo do Sistema		Contagem Auditoria		Sobra ou Falta		
		Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	
3140	Poste di 12 x 300 kn	19,0	12.393,89	19,0	12.393,89	0,0	0,00	
13125	Cabo circular 320 mm	12,0	216,24	12,0	216,24	0,0	0,00	
38	Cabo circular 450 mm	3,0	75,60	3,0	75,60	0,0	0,00	
491	Transformador monof. 5kva 110/220	1,0	472,48	1,0	472,48	0,0	0,00	
142	Transf. De corrente 7,96kva 75 x 150/5"	3,0	2.377,95	0,0	0,00	3,0	2.377,95	W1
33072	Transformador trif. 15 kva 220/380	27,0	46.565,55	27,0	46.565,55	0,0	0,00	
258	Suporte trafo cc 270mm	11,0	677,99	10,0	613,90	1,0	64,09	W3
41	Chapa de ferro (preto)	15,0	204,23	13,0	204,23	0,0	0,00	
3120	Poste di 10 x 300 kn	28,0	13.986,36	27,0	13.430,00	1,0	496,67	W4
3125	Poste di 10 x 600 kn	16,0	11.231,20	15,0	10.529,25	1,0	701,95	W4
3335	Poste di 11 x 600 kn	15,0	12.565,80	15,0	12.565,80	0,0	0,00	
110	Medidor mono. Eletrônico - 15(100)u	32,0	2.144,00	30,0	2.010,00	2,0	134,00	W5
35135	Transformador trif. 150kva - 220/380	2,0	14.748,74	3,9	7.374,37	1,0	7.374,37	W2
35137	Regulador monof. 414 kva - 300"	3,0	53.691,30	3,9	53.691,30	0,0	0,00	
75	Transf. de potencial em. Exar=0,3p75	3,0	4.798,35	0,0	0,00	3,0	4.798,35	W1
35008	Medidor trif. Eletrônico 220/218	12,0	5.935,20	12,0	5.935,20	0,0	0,00	
488	Medidor trif. 11750 2,5 ( 10) a	2,0	3.569,00	2,0	3.569,00	0,0	0,00	
447	Transf. De corrente - bobina 75 / 5"	3,0	538,08	3,0	538,08	0,0	0,00	
520	Regulador monof. 621 kva - 300"	1,0	49.830,00	1,0	49.830,00	0,0	0,00	
550	Transf. De corrente 7,96kva 40 / 5a	2,0	2.700,00	0,0	0,00	2,0	2.700,00	W1
11070	Suporte trafo cc 210mm	11,0	319,55	11,0	319,55	0,0	0,00	
276	Modelo monofásico-n2 com controlefuga - plc	1,0	205,85	1,0	205,85	0,0	0,00	

CONTAGEM ALMOXARIFADOS								Obs:
Código	Descrição Material	Saldo do Sistema		Contagem Auditoria		Sobra ou (Falta)		
		Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	
35174	Transformador trif. 225 kva 220/380	1,0	957,28	1,0	957,28	0,0	0,00	W5
3395	Medidor mono. Eletromec. - 15(100)a	14,0	441,28	16,0	504,32	(2,0)	(63,04)	
35134	Transformador trif. 75kva - 220/380	9,0	43.155,45	9,0	43.155,45	0,0	0,00	
3165	Poste dt 9 x 600 kn	11,0	6.327,86	11,0	6.327,86	0,0	0,00	
3160	Poste dt 9 x 300 kn	20,0	8.218,80	20,0	8.218,80	0,0	0,00	
269	Cruzeta de aço 2,40 mt	16,0	2.302,24	24,0	3.453,36	(8,0)	(1.151,12)	W3
12085	Cinta circular 220 mm	21,0	326,34	21,0	326,34	0,0	0,00	W3
13095	Cinta circular 240 mm	13,0	180,18	13,0	212,94	(2,0)	(32,76)	
513	Poste dt 9(300) (cm)	2,0	1.060,00	2,0	1.060,00	0,0	0,00	
3145	Poste dt 7 x 100 kn (trif.)	10,0	2.200,00	10,0	2.200,00	0,0	0,00	
35055	Emenda tubo 2 co	4,0	6,32	4,0	6,32	0,0	0,00	
434	Conector canha m 336,4 x 1/0	33,0	295,68	33,0	295,68	0,0	0,00	
561	Poste dt 7 x 100 ( bif.)	20,0	11.420,00	20,0	11.420,00	0,0	0,00	
91	Haste âncora - 16 x 1500mm	7,0	127,96	7,0	127,96	0,0	0,00	
257	Poste dt 8 x 150 dan (padrão)	11,0	6.655,00	11,0	6.655,00	0,0	0,00	
228	Poste dt 8 x 120 dan ( trif.)	17,0	2.474,00	17,0	2.474,00	0,0	0,00	
<b>Totais</b>		<b>431,00</b>	<b>328.415,65</b>	<b>429,00</b>	<b>311.017,69</b>	<b>2,00</b>	<b>17.397,96</b>	

W1 – Conforme colaborador que acompanhou a contagem, tais itens estão alocados separadamente devido a inutilização dos mesmos. Devido aos materiais não estarem organizados no estoque, não foi realizada a verificação física dos mesmos. Também, por se tratarem de materiais considerados sem utilidade, cabe a verificação para possível baixa com estoque obsoleto.

W2 – Material emprestado.


W3 – Divergência não justificada.

W4 – Material pendente de baixa no sistema conforme requisição de baixa analisada.

W5 – Baixa equivocada no Sistema de duas unidades do material código 110, sendo a baixa correta no material código 269, gerando a divergência exposta nos dois materiais.

Dado o volume das distorções não justificadas, comparado a proporção dos saldos existentes nos almoxarifados de obras e manutenção, entendemos que os saldos estejam adequados para sustentação dos números contábeis. Contudo, cabe a análise dos itens inutilizados que compõem os saldos de estoques, objetivando a correta apresentação dos valores expressos em relatório.

Criciúma, 25 de abril de 2018.

  
**MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**  
**CRC/SC-006351/O**  
**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**Contador CRC-SC Nº 17.329/O-8**



# **5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS**

## 5.1 – Balanço Patrimonial

### CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Turvo - SC

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO		2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>21.208</b>	<b>19.791</b>
Caixa e equivalentes de caixa		9.089	10.551
Aplicações no mercado aberto		-	-
Consumidores	07	6.961	5.956
Serviços em curso		365	843
Tributos compensáveis		916	891
Almoxarifado operacional		456	322
Ativos regulatórios		1.662	855
Despesas pagas antecipadamente		109	113
Outros ativos circulantes		1.650	260
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>66.991</b>	<b>68.059</b>
Tributos compensáveis		566	664
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Outros ativos não circulantes		-	-
Participações societárias		416	375
Imobilizado	08	65.961	66.936
Intangível	08	45	81
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>88.199</b>	<b>87.850</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

**PASSIVO**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>6.625</b>	<b>9.077</b>
Fornecedores	622	453
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.418	1.345
Tributos	881	735
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	24	24
Encargos setoriais	1.813	1.277
Passivos regulatórios	25	3.464
Repasses a realizar	1.378	1.378
Outros passivos circulantes	464	401
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.248</b>	<b>1.604</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Provisão para litígios	11	41
Obrigações vinculadas a permissão	2.236	1.561
Passivos regulatórios	-	-
Outros passivos não circulantes	1	2
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>79.326</b>	<b>77.169</b>
Capital social	159	154
Reservas de capital	8.513	8.513
Outros resultados abrangentes	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	9.514	10.928
Reservas de sobras	59.565	54.624
Sobras a disposição da AGO	1.575	2.950
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>88.199</b>	<b>87.850</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 5.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

		PERÍODOS	
		01/jan/17	01/jan/16
		a	a
		31/dez/17	31/dez/16
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>	11	<b>58.702</b>	<b>54.862</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		21.277	18.185
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		27.364	29.873
Ativos e passivos regulatórios		4.229	4.108
Serviços cobráveis		51	46
Doações, contribuições e Subvenções		5.781	2.650
Outras receitas		-	-
<b>Tributos</b>		<b>(10.770)</b>	<b>(10.926)</b>
ICMS		(10.720)	(10.840)
PI E COFINS		(25)	(66)
ISS		(25)	(20)
<b>Encargos - "Parcela A"</b>		<b>(7.575)</b>	<b>(8.612)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	(59)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	(59)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(4.594)	(6.929)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(88)	(83)
Outros Encargos		(2.893)	(1.482)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>40.357</b>	<b>35.324</b>
<b>Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"</b>		<b>(23.102)</b>	<b>(15.480)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(23.102)	(15.480)
Encargos e demais despesas setoriais		-	-
Outros		-	-
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>17.255</b>	<b>19.844</b>
<b>Custos Gerenciáveis - "Parcela B"</b>		<b>(16.454)</b>	<b>(15.790)</b>
Pessoal e Administradores	12	(7.689)	(7.351)
Materiais		(2.006)	(1.756)
Serviço de Terceiros		(874)	(794)
Arrendamentos e Aluguéis		(315)	(330)
Seguros		(36)	(36)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-
Provisões		71	(37)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		-	-
(-) Recuperação de Despesas		123	95
Tributos		(65)	(63)
Depreciação e Amortização		(3.562)	(3.548)
Gastos Diversos		(1.675)	(1.168)
Outras Receitas Operacionais		928	1.167
Outras Despesas Operacionais		(1.354)	(1.969)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>801</b>	<b>4.054</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.610</b>	<b>1.029</b>
Despesas Financeiras		(92)	(697)
Receitas Financeiras		1.702	1.726
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros</b>		<b>2.411</b>	<b>5.083</b>
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(92)	(106)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.319</b>	<b>4.977</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 5.3 – Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTES RESULTADOS REGULATÓRIOS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
<b>SALDOS 31/DEZ/15</b>	<b>149</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>12.830</b>	<b>-</b>	<b>6.462</b>	<b>2.310</b>	<b>27.529</b>	<b>13.099</b>	<b>49.400</b>	<b>1.497</b>	<b>72.388</b>
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		5
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações estatutárias						655	603	2.623		3.881	(3.881)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									1.497	1.497	(1.497)	-
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(153)			-		-
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.902)						-	1.854	(48)
- Ajustes Regulatórios (IFRS)										-		-
- Ajustes de exercícios anteriores										-		-
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>										-	4.977	4.977
<b>SALDOS 31/DEZ/16</b>	<b>154</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>10.928</b>	<b>-</b>	<b>7.117</b>	<b>2.760</b>	<b>30.152</b>	<b>14.596</b>	<b>54.625</b>	<b>2.950</b>	<b>77.169</b>
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	5									-		5
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações estatutárias						350	409	1.400		2.159	(2.159)	-
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)										-		-
- Destinações AGO									2.950	2.950	(2.950)	-
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(168)			-		(168)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(1.414)						-	1.415	1
- Ajustes Regulatórios (IFRS)										-		-
- Ajustes de exercícios anteriores										-		-
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>										-	2.319	2.319
<b>SALDOS 31/DEZ/17</b>	<b>159</b>	<b>1.232</b>	<b>7.280</b>	<b>9.514</b>	<b>-</b>	<b>7.467</b>	<b>3.001</b>	<b>31.552</b>	<b>17.546</b>	<b>59.566</b>	<b>1.575</b>	<b>79.326</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.414)</b>	<b>-</b>	<b>350</b>	<b>241</b>	<b>1.400</b>	<b>2.950</b>	<b>4.941</b>	<b>(1.375)</b>	<b>2.157</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 5.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/17	01/jan/16
	a	a
	31/dez/17	31/dez/16
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(2.942)</b>	<b>3.301</b>
Sobras do exercício	2.319	4.977
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.009)	415
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	72	103
Redução (Aumento) de estoques	(135)	218
Redução (Aumento) de adiantamentos	(11)	7
Redução (Aumento) de despesas exerc. Seguintes	4	(19)
Redução (Aumento) de serviços em curso	455	209
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(807)	(207)
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(1.351)	4
Aumento (Redução) de fornecedores	169	24
Aumento (Redução) de salários a pagar	18	31
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	133	699
Aumento (Redução) de adiantamentos	-	-
Aumento (Redução) de provisão de férias	72	36
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	537	(1.348)
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	(3.436)	(1.040)
Aumento (Redução) de processos cíveis a pagar	(30)	36
Aumento (Redução) de outros débitos	58	(844)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>1.643</b>	<b>1.671</b>
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	-	-
(Aumento) Redução dos investimentos	(42)	(13)
(Aumento) Redução do imobilizado	975	44
(Aumento) Redução do intangível	36	78
(Aumento) Redução de obrigações vinc. a permissão	674	1.562
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(163)</b>	<b>(196)</b>
Realização de reservas	(168)	(201)
Aumento (Redução) do capital social	5	5
Ajustes / sobras regulatórias	-	-
Avaliação regulatória compulsória	-	-
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(1.462)</b>	<b>4.776</b>
Disponibilidades no início do exercício	10.551	5.775
Disponibilidades no final do exercício	9.089	10.551

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 5.5 – Notas Explicativas

### **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

#### **Turvo - SC**

#### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.**

(Valores expressos em milhares de reais)

#### **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

#### **NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES**

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

#### **NOTA 03 – DAS PERMISSÕES**

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

#### **NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos

iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

## **NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

## **NOTA 06 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

**Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a



receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” das demonstrações contábeis societárias, a partir desta data.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o

valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

### Composição das Contas a Receber

DESCR I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADO A VENCER		RENEGOCIADO VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	5.756	-	588	15	44	852	(1.135)	16	1	4	820	-	6.961	5.956
Residencial	682	-	130	5	8	103	(123)	3	1	0	11	-	820	627
Industrial	1.902	-	172	5	27	583	(843)	1	-	-	297	-	2.144	2.203
Comercial	455	-	79	4	7	55	(80)	5	-	1	17	-	543	438
Rural	1.024	-	187	-	1	44	(64)	7	-	2	19	-	1.220	1.023
Poderes Públicos	50	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	52	38
Iluminação Pública	108	-	-	-	-	24	(24)	-	-	-	-	-	108	38
Serviço Público	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4
Serviço Taxado	4	-	3	0	0	2	-	-	-	-	-	-	10	9
Outros créditos consumidores	30	-	15	1	1	40	-	-	-	-	476	-	563	205
Fornecimento Não Faturado	1.495	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.495	1.372
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento\Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.756</b>	<b>-</b>	<b>588</b>	<b>15</b>	<b>44</b>	<b>852</b>	<b>(1.135)</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>820</b>	<b>-</b>	<b>6.961</b>	<b>5.956</b>

## NOTA 08 – IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>87.463</b>	<b>4.715</b>	<b>(3.163)</b>	-	-	<b>89.015</b>	<b>1.552</b>	<b>(25.835)</b>	<b>63.180</b>	<b>63.662</b>	<b>(1.126)</b>	-	<b>(1.126)</b>
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(72)	135	142	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	86.084	4.710	(3.146)	-	-	87.648	1.563	(25.195)	62.452	62.821	(1.126)	-	(1.126)
Veículos	669	5	(16)	-	-	658	(11)	(347)	311	396	-	-	-
Móveis e Utensílios	354	-	-	-	-	354	-	(221)	133	154	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>507</b>	<b>171</b>	<b>(39)</b>	-	-	<b>639</b>	<b>132</b>	<b>(355)</b>	<b>285</b>	<b>161</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	238	19	-	-	-	257	19	(159)	98	99	-	-	-
Veículos	134	152	(39)	-	-	247	113	(106)	141	11	-	-	-
Móveis e Utensílios	136	-	-	-	-	136	-	(90)	45	52	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	-	-	-	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>(0)</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1	5	-	-	-	6	5	(0)	6	1	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1	-	(0)	1	1	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>87.971</b>	<b>4.891</b>	<b>(3.202)</b>	-	-	<b>89.661</b>	<b>1.690</b>	<b>(26.190)</b>	<b>63.471</b>	<b>63.824</b>	<b>(1.126)</b>	-	<b>(1.126)</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>3.101</b>	<b>10.267</b>	<b>(11.043)</b>	-	-	<b>2.325</b>	<b>(776)</b>	-	<b>2.325</b>	<b>3.101</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(435)</b>
Máquinas e Equipamentos	1.640	3.858	(4.802)	-	-	697	(943)	-	697	1.640	(435)	-	(435)
Outros	1.461	6.409	(6.242)	-	-	1.628	167	-	1.628	1.461	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>11</b>	<b>406</b>	<b>(252)</b>	-	-	<b>165</b>	<b>154</b>	-	<b>165</b>	<b>11</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	11	2	(13)	-	-	0	(11)	-	0	11	-	-	-
Outros	-	404	(239)	-	-	165	165	-	165	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>(0)</b>	<b>51</b>	<b>(51)</b>	-	-	<b>(0)</b>	-	-	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	(0)	5	(5)	-	-	(0)	-	-	(0)	(0)	-	-	-
Outros	-	45	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.112</b>	<b>10.724</b>	<b>(11.346)</b>	-	-	<b>2.490</b>	<b>(622)</b>	-	<b>2.490</b>	<b>3.112</b>	<b>(435)</b>	-	<b>(435)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>91.083</b>	<b>15.615</b>	<b>(14.547)</b>	-	-	<b>92.151</b>	<b>1.067</b>	<b>(26.190)</b>	<b>65.961</b>	<b>66.936</b>	<b>(1.561)</b>	-	<b>(1.561)</b>

Tab 21

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Distribuição</b>	<b>345</b>	-	-	-	-	<b>345</b>	-	<b>(295)</b>	<b>50</b>	<b>68</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	345	-	-	-	-	345	-	(295)	50	68
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>39</b>	-	-	-	-	<b>39</b>	-	<b>(26)</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Softwares	39	-	-	-	-	39	-	(26)	13	13
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>384</b>	-	-	-	-	<b>384</b>	-	<b>(321)</b>	<b>63</b>	<b>81</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>	<b>19</b>	-	<b>(37)</b>	<b>1</b>	-	<b>(17)</b>	<b>(36)</b>	-	<b>(17)</b>	<b>(0)</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	19	-	(37)	1	-	(17)	(36)	-	(17)	(0)
<b>Administração</b>	-	-	<b>(6)</b>	-	-	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>	-	-	-
Softwares	-	-	(6)	-	-	(6)	(6)	-	(6)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>19</b>	-	<b>(43)</b>	<b>1</b>	-	<b>(23)</b>	<b>(42)</b>	-	<b>(17)</b>	<b>(0)</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>403</b>	-	<b>(43)</b>	<b>1</b>	-	<b>361</b>	<b>(42)</b>	<b>(321)</b>	<b>46</b>	<b>81</b>

Tab 22

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>86.084</b>	<b>4.710</b>	<b>(3.146)</b>	-	-	<b>87.648</b>	<b>1.563</b>
Transformador de Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Medidor	-	-	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão ( < 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	86.084	4.710	(3.146)	-	-	87.648	1.563
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão ( >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(1.127)</b>	<b>(83)</b>	-	-	-	<b>(1.210)</b>	<b>(83)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.127)	(83)	-	-	-	(1.210)	(83)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-



Tab 23

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Distribuição		<b>89.382</b>	<b>(26.205)</b>	<b>63.177</b>	<b>63.662</b>
Custo Histórico		74.557	(20.876)	53.681	63.662
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		14.825	(5.329)	9.496	-
Administração		<b>678</b>	<b>(386)</b>	<b>292</b>	<b>160</b>
Custo Histórico		846	(532)	314	160
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		(168)	146	(22)	-
Comercialização		<b>7</b>	<b>(1)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
Custo Histórico		7	(1)	6	2
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		<b>90.067</b>	<b>(26.592)</b>	<b>63.475</b>	<b>63.824</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		2.325	-	<b>2.325</b>	<b>3.101</b>
Administração		161	-	<b>161</b>	<b>11</b>
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		<b>2.486</b>	-	<b>2.486</b>	<b>3.112</b>
		<b>92.553</b>	<b>(26.592)</b>	<b>65.961</b>	<b>66.936</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Nº Processo</b>	<b>Descrição</b>	<b>em R\$ mil</b>
648715	Fazer orçamento para expansão de rede da localidade	444
1723316	Troca de banco regulado da Volta Redonda IR 5028, r	228
1214916	Reforma/ampliação da parte final da rede da comunica	146
77017	Linhas e redes de distribuição	128
2626916	Instalação de banco Regulador 200 A no Quebra.	125
1675217	Construção de rede de Trevo a Trevo no Meleiro, Boc	96
1582517	Alteração de rede na localidade de Sanga da Toca vis	56
972617	Alteração de rede AT e BT para retirar de local sem a	47
211915	Efetuar manutenção/melhoramento de rede de distrib	45
1531716	Alteração de rede AT para relocar rede que está no n	39
<b>Total</b>		<b>1.355</b>

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Nº Processo</b>	<b>Descrição</b>	<b>em R\$ mil</b>
13436/15	Desativação Medidores Rural Junho.	34
17403/15	Fazer orçamento para expansão de rede da localidade	14
25093/16	Reforma/ampliação da parte final da rede da comunida	13
20425/16	Troca de banco regulado da Volta Redonda IR 5028, r	7
17498/16	Desativação Medidores Rural Maio	6
10114/16	Instalar poste DT 9/300 para associado fazer medição	5
8856/16	Alteração de rede na localidade de Sanga da Toca vis	5
6554/16	Desativação Outubro-Urbano	5
5361/16	ODD Medidores Renovação Janeiro - Rural	4
21258/15	Substituir o trafo da IT 5239 para 30 kVA e desligar ra	4
<b>Total</b>		<b>97</b>

## NOTA 09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Tab 32

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(1.751)</b>	-	-	<b>(1.751)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		(1.546)	-	-	(1.546)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(205)	-	-	(205)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>(485)</b>	-	-	<b>(485)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(485)	-	-	(485)
Ultrapassagem de demanda		(257)	-	-	(257)
Excedente de reativos		(228)	-	-	(228)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>(2.236)</b>	-	-	<b>(2.236)</b>

Tab 33

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Em serviço</b>	<b>(1.127)</b>	<b>(625)</b>	-	-	-	<b>(1.752)</b>	<b>(625)</b>	-	<b>(1.752)</b>	<b>(1.127)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(1.050)	(497)	-	-	-	(1.547)	(497)	-	(1.547)	(1.050)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(77)	(128)	-	-	-	(205)	(128)	-	(205)	(77)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>(434)</b>	<b>(557)</b>	<b>507</b>	-	-	<b>(484)</b>	<b>(50)</b>	-	<b>(484)</b>	<b>(434)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(434)	(557)	507	-	-	(484)	(50)	-	(484)	(434)
Ultrapassagem de demanda	(150)	(108)	1	-	-	(257)	(107)	-	(257)	(150)
Excedente de reativos	(163)	(65)	0	-	-	(228)	(65)	-	(228)	(163)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(121)	(383)	506	-	-	1	122	-	1	(121)
<b>Total</b>	<b>(1.561)</b>	<b>(1.182)</b>	<b>507</b>	-	-	<b>(2.236)</b>	<b>(675)</b>	-	<b>(2.236)</b>	<b>(1.561)</b>

## NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital Social:** O valor do capital do social de R\$ 159 mil pertence inteiramente a associados domiciliados no país, correspondente à participação de 16.533 (dezesesseis mil, quinhentos e trinta e três) associados em 31/dez./2017.

### Reservas de Sobras:

Reserva de Sobras	Legislação Regulatória	
	2017	2016
Reserva legal	7.467	7.117
Reserva de assistência técnica educacional social	3.001	2.760
Reserva de ampliação e melhoria	31.552	30.151
Reserva de sobras revertidas	17.546	14.596
Sobras a disposição da AGO	1.575	2.950
<b>Total</b>	<b>61.141</b>	<b>57.574</b>

### Outras reservas:

	Legislação Regulatória	
	2017	2016
Reservas de capital	8.512	8.512
Ajustes IFRS referente contabilidade regulatória	-	-
Avaliação regulatória compulsória	9.514	10.928
<b>Total</b>	<b>18.026</b>	<b>19.440</b>

## NOTA 11 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>18.499</b>	<b>18.390</b>	<b>140.493</b>	<b>142.263</b>	<b>48.429</b>	<b>48.069</b>
Residencial	8.822	8.754	20.067	19.434	8.336	7.261
Industrial	411	438	71.000	76.125	23.443	26.853
Comercial	1.686	1.650	11.433	10.711	5.084	4.424
Rural	6.376	6.357	30.017	28.293	9.017	7.405
Poder público	284	285	1.661	1.626	819	664
Iluminação pública	900	887	5.970	5.722	1.609	1.349
Serviço público	20	19	345	352	121	113
<b>Suprimento Faturado</b>						
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>						
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	-	<b>(110)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						<b>(110)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva e IF.					4.229	4.108
Fornecimento não faturado					123	30
Consumo Próprio	10	9	187	166	89	69
Serviços cobráveis					51	46
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					5.781	2.650
<b>Total</b>	<b>18.509</b>	<b>18.399</b>	<b>140.680</b>	<b>142.429</b>	<b>58.702</b>	<b>54.862</b>

## NOTA 12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Tab 35

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2016</b>	<b>2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>7.406</b>	<b>7.071</b>
Remuneração	4.741	4.544
Encargos	2.149	1.780
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	162	133
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	49
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	354	565
<b>Administradores</b>	<b>282</b>	<b>280</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	282	280
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>7.688</b>	<b>7.351</b>

## NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2017, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

<b>Tab 36</b>				<b>Controladora</b>
<b>R\$ Mil em 2016</b>	<b>Geração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Comercialização</b>	<b>Total</b>
<b>Receita / Ingresso</b>	-	-	<b>58.703</b>	<b>58.703</b>
Fornecimento de energia elétrica	-	-	21.277	21.277
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	27.364	27.364
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	4.229	4.229
Serviços cobráveis	-	-	51	51
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	5.781	5.781
Outras receitas	-	-	-	-
<b>Tributos</b>	-	-	<b>(10.770)</b>	<b>(10.770)</b>
ICMS	-	-	(10.720)	(10.720)
PIS-PASEP	-	-	(5)	(5)
Cofins	-	-	(21)	(21)
ISS	-	-	(25)	(25)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	-	-	<b>(7.575)</b>	<b>(7.575)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	(4.594)	(4.594)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(88)	(88)
Outros encargos	-	-	(2.893)	(2.893)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	-	-	<b>40.357</b>	<b>40.357</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	-	-	<b>(23.102)</b>	<b>(23.102)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(23.102)	(23.102)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais Passivos	-	-	-	-
Financeiros Setoriais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	-	-	<b>17.255</b>	<b>17.255</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	-	-	<b>(16.454)</b>	<b>(16.454)</b>
Pessoal e administradores	-	-	(7.689)	(7.689)
Material	-	-	(2.006)	(2.006)
Serviços de terceiros	-	-	(874)	(874)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(315)	(315)
Seguros	-	-	(36)	(36)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-
Provisões	-	-	71	71
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	-	-	123	123
Tributos	-	-	(65)	(65)
Depreciação e amortização	-	-	(3.562)	(3.562)
Gastos diversos	-	-	(1.675)	(1.675)
Outras Receitas Operacionais	-	-	928	928
Outras Despesas Operacionais	-	-	(1.354)	(1.354)
<b>Resultado da Atividade</b>	-	-	<b>801</b>	<b>801</b>



## **NOTA 14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO**

A Cersul, sediada na cidade de Turvo - SC, atende atualmente cerca de 17 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 44 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a Cersul por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cersul optou por celebrar termo aditivo contratual.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Lei nº 13.360, que criou a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia, cabendo à Aneel definir a forma de cálculo e os valores.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a “Parcela A”, formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a “Parcela B”, formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O Reajuste Tarifário Anual da Cersul, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 1º de novembro de 2017, resultou no percentual total de -0,96%, sendo 18,83% relativo ao cálculo econômico e -19,79% referente aos componentes financeiros pertinentes, tendo como base o processo de 2016.

**Varição econômica financeira**  
**Quadro 01 Nota Técnica 326/2017**

<b>Descrição</b>	<b>Valores (R\$)</b>
Receita requerida	51.994.921,53
Receita atualizada processo anterior	43.755.063,98
Varição econômica	18,83%
Componentes Financeiros	-19,79%
<b>Varição econômica financeira</b>	<b>-0,96%</b>

**NOTA 15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO**

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de Ajustes	2017			2016		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>CIRCULANTE</b>		<b>21.208,27</b>	-	<b>21.208,27</b>	<b>19.790,85</b>	-	<b>19.790,85</b>
Caixa e equivalentes de caixa		9.089,59	-	9.089,59	10.550,79	-	10.550,79
Aplicações no mercado aberto		-	-	-	-	-	-
Consumidores		6.961,20	-	6.961,20	5.955,82	-	5.955,82
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		365,35	-	365,35	843,23	-	843,23
Tributos compensáveis		915,91	-	915,91	890,67	-	890,67
Almoxarifado operacional		456,26	-	456,26	321,66	-	321,66
Ativos regulatórios		1.661,95	-	1.661,95	854,72	-	854,72
Despesas pagas antecipadamente		109,30	-	109,30	113,49	-	113,49
Outros ativos circulantes		1.648,70	-	1.648,70	260,47	-	260,47
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>67.063,54</b>	<b>(72,42)</b>	<b>66.991,12</b>	<b>68.208,81</b>	<b>(150,12)</b>	<b>68.058,69</b>
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		566,14	-	566,14	663,88	-	663,88
Depósitos judiciais e cauções		3,10	-	3,10	3,10	-	3,10
Ativos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Ativo indenizável concessão	01	24.617,12	(24.617,12)	-	22.484,02	(22.484,02)	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Participações societárias		416,34	-	416,34	374,85	-	374,85
Imobilizado	02	60,45	65.900,33	65.960,78	60,45	66.875,08	66.935,53
Intangível	03	41.400,39	(41.355,63)	44,76	44.622,51	(44.541,18)	81,33
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>88.271,81</b>	<b>(72,42)</b>	<b>88.199,38</b>	<b>87.999,66</b>	<b>(150,12)</b>	<b>87.849,54</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO**

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de Ajustes	2017			2016		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.625,32</b>	-	<b>6.625,32</b>	<b>9.077,10</b>	-	<b>9.077,10</b>
Fornecedores		622,12	-	622,12	452,77	-	452,77
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		1.418,31	-	1.418,31	1.345,46	-	1.345,46
Tributos		880,78	-	880,78	735,04	-	735,04
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		23,65	-	23,65	23,67	-	23,67
Encargos setoriais		1.813,41	-	1.813,41	1.276,82	-	1.276,82
Passivos regulatórios		25,02	-	25,02	3.464,33	-	3.464,33
Outros passivos circulantes		1.842,02	-	1.842,02	1.779,01	-	1.779,01
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.248,27</b>	-	<b>2.248,27</b>	<b>1.603,43</b>	-	<b>1.603,43</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		10,72	-	10,72	40,72	-	40,72
Passivos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		1,22	-	1,22	1,22	-	1,22
Obrigações vinculadas à concessão do SPEE		2.236,32	-	2.236,32	1.561,49	-	1.561,49
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>79.398,23</b>	<b>(72,43)</b>	<b>79.325,80</b>	<b>77.319,13</b>	<b>(150,12)</b>	<b>77.169,01</b>
Capital social		159,29	-	159,29	153,99	-	153,99
Reservas de capital		8.513,00	-	8.513,00	8.512,92	-	8.512,92
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	<b>07</b>	72,43	(72,43)	-	150,12	(150,12)	-
Reavaliação regulatória compulsória		9.513,87	-	9.513,87	10.927,81	-	10.927,81
Reservas de sobras		59.564,96	-	59.564,96	54.624,36	-	54.624,36
Lucros ou prejuízos acumulados		1.574,67	-	1.574,67	2.949,93	-	2.949,93
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>88.271,81</b>	<b>(72,43)</b>	<b>88.199,38</b>	<b>87.999,66</b>	<b>(150,12)</b>	<b>87.849,54</b>

**DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Nota de Ajustes	2017			2016		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>64.377,14</b>	<b>(5.674,20)</b>	<b>58.702,94</b>	<b>59.926,44</b>	<b>(5.063,15)</b>	<b>54.863,29</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		21.276,90	-	21.276,90	18.185,45	-	18.185,45
Suprimento de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		27.364,29	-	27.364,29	29.873,08	-	29.873,08
Ativos e passivos regulatórios	<b>06</b>	4.229,31	-	4.229,31	4.108,08	-	4.108,08
Serviços cobráveis		50,97	-	50,97	46,28	-	46,28
Doações, contribuições e Subvenções		5.781,46	-	5.781,46	2.650,40	-	2.650,40
Outras receitas	<b>05</b>	5.674,20	(5.674,20)	-	5.063,15	(5.063,15)	-
<b>Tributos</b>		<b>(10.770,39)</b>	<b>-</b>	<b>(10.770,39)</b>	<b>(10.925,36)</b>	<b>-</b>	<b>(10.925,36)</b>
ICMS		(10.720,13)	-	(10.720,13)	(10.839,89)	-	(10.839,89)
PIS/PASEP		(4,50)	-	(4,50)	(11,71)	-	(11,71)
COFINS		(20,78)	-	(20,78)	(54,02)	-	(54,02)
ISS		(24,98)	-	(24,98)	(19,74)	-	(19,74)
<b>Encargos - "Parcela A"</b>		<b>(7.575,19)</b>	<b>-</b>	<b>(7.575,19)</b>	<b>(8.612,14)</b>	<b>-</b>	<b>(8.612,14)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	(58,61)	-	(58,61)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	(58,61)	-	(58,61)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(4.594,12)	-	(4.594,12)	(6.929,17)	-	(6.929,17)
Taxa de Fiscalização de Serviços de EE - TFSEE		(88,09)	-	(88,09)	(83,41)	-	(83,41)
Outros Encargos		(2.892,98)	-	(2.892,98)	(1.482,34)	-	(1.482,34)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>46.031,56</b>	<b>(5.674,20)</b>	<b>40.357,36</b>	<b>40.388,94</b>	<b>(5.063,15)</b>	<b>35.325,79</b>
<b>Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"</b>		<b>(23.102,28)</b>	<b>-</b>	<b>(23.102,28)</b>	<b>(15.480,00)</b>	<b>-</b>	<b>(15.480,00)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(23.102,28)	-	(23.102,28)	(15.480,00)	-	(15.480,00)
Outros		-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>22.929,28</b>	<b>(5.674,20)</b>	<b>17.255,08</b>	<b>24.908,94</b>	<b>(5.063,15)</b>	<b>19.845,79</b>
<b>Custos Gerenciáveis - "Parcela B"</b>		<b>(22.205,62)</b>	<b>5.751,89</b>	<b>(16.453,73)</b>	<b>(20.953,53)</b>	<b>5.161,77</b>	<b>(15.791,76)</b>
2. Pessoal e Administradores		(7.688,69)	-	(7.688,69)	(7.351,33)	-	(7.351,33)
Materiais		(2.005,59)	-	(2.005,59)	(1.756,23)	-	(1.756,23)
Serviço de Terceiros		(873,92)	-	(873,92)	(794,15)	-	(794,15)
Arrendamentos e Aluguéis		(315,21)	-	(315,21)	(330,37)	-	(330,37)
Seguros		(36,24)	-	(36,24)	(36,02)	-	(36,02)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-	-	-	-	-
Provisões		70,55	-	70,55	(37,16)	-	(37,16)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		-	-	-	-	-	-
(-) Recuperação de Despesas		123,16	-	123,16	95,30	-	95,30
Tributos		(64,90)	-	(64,90)	(62,63)	-	(62,63)
2.2 Depreciação e Amortização	<b>04</b>	(3.639,23)	77,69	(3.561,53)	(3.646,69)	98,62	(3.548,07)
Gastos Diversos		(1.675,44)	-	(1.675,44)	(1.167,74)	-	(1.167,74)
Outras Receitas Operacionais	<b>06</b>	928,30	-	928,30	1.165,88	-	1.165,88
Outras Despesas Operacionais	<b>05</b>	(7.028,41)	5.674,20	(1.354,21)	(7.032,39)	5.063,15	(1.969,24)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>723,66</b>	<b>77,69</b>	<b>801,35</b>	<b>3.955,41</b>	<b>98,62</b>	<b>4.054,03</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.609,69</b>	<b>-</b>	<b>1.609,69</b>	<b>1.028,74</b>	<b>-</b>	<b>1.028,74</b>
Despesas Financeiras	<b>06</b>	(92,36)	-	(92,36)	(697,41)	-	(697,41)
Receitas Financeiras	<b>06</b>	1.702,05	-	1.702,05	1.726,15	-	1.726,15
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros</b>		<b>2.333,35</b>	<b>77,69</b>	<b>2.411,04</b>	<b>4.984,15</b>	<b>98,62</b>	<b>5.082,77</b>
Despesas com Impostos sobre os Lucros		(91,68)	-	(91,68)	(105,40)	-	(105,40)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.241,67</b>	<b>77,69</b>	<b>2.319,36</b>	<b>4.878,75</b>	<b>98,62</b>	<b>4.977,37</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### [1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

### [2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<u>Classificação conforme permissão</u>	2017	2016
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	24.617,12	22.484,02
Imobilizado societário	60,45	60,45
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 3)	41.400,39	44.622,51
<b>Total Societário</b>	<b>66.077,96</b>	<b>67.166,98</b>
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/Soc	(72,42)	(150,13)
<b>(=) Imobilizado + Intangível Regulatório</b>	<b>66.005,53</b>	<b>67.016,85</b>

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens

devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

### **[3] INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

### **[4] DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 77,69 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R\$ 3.561,53) e societária (R\$ 3.639,23), refere-se à realização das despesas com depreciação do valor da avaliação a valor justo (realizada em 2010 na contabilidade societária).

### **[5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS**

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

## [6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.


O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

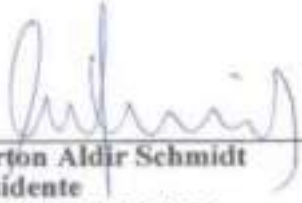
Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes do resultado do exercício de 2015.

## [7] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

  
Joelma Walnier dos Santos  
Contadora CRC-SC: 030385/O-2  
CPF: 036.815.639-77

  
Everton Aldir Schmidt  
Presidente  
CPF: 415.141.739-72



## 5.6 – Relatório do Auditor Independente



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

#### Outros Assuntos

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** com data de 13 de março de 2018.

*L*

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

*M*

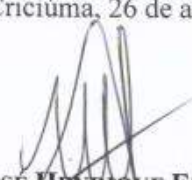
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 26 de abril de 2018.

**MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**  
**CRC/SC-006351/O**



**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**  
**CNAI Nº 638**

## **Participações**

### **Direção Geral e Produção**

Setor Contábil

### **Colaboração**

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

### **Auditoria**

Muller Auditores Independentes S.S

### **Roteiro Editorial e Conteúdo**

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Despacho nº 4.097 de 30/12/2010 SFF/ANEEL

Estatuto Social da Cersul

### **Agradecimentos**

Conselho Administração

Conselho Fiscal